

PREÇOS DOS ALIMENTOS EXPLODEM NO BRASIL

Sem qualquer tipo de política pública que garanta estoques de alimentos, com o agronegócio mirando as exportações e a crescente queda da renda da população, o governo Bolsonaro abandona a Nação à própria sorte. A inflação e a desigualdade colocam o país numa armadilha



Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 6 de Junho de 2022 Nº 61

Economia continua em vôo de galinha: PIB sobe 1%

Marcelo Freixo: eleição é a barbárie contra a civilização

Nova onda de covid: médico alerta para sequelas

O milionário esquema de shows do cantor Gustavo Lima



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



NESTA EDIÇÃO

PAÍS ESTÁ MERGULHADO NA INFLAÇÃO DE ALIMENTOS

O Ministério da Economia perdeu o controle e o país assiste à escalada dos preços nas feiras e supermercados. O fim da política de estoques, a concentração de terras e de canais de distribuição e a prioridade para exportação estão entre as causas da explosão das tarifas de comida

Página 12

EDITORIAL. Programa de governo vai colher sugestões da sociedade

Página 4

ENTREVISTA. Marcelo Freixo fala da luta para derrotar o bolsonarismo

Página 6

PETROBRÁS. Projeto do PT busca transparência nos preços dos combustíveis

Página 15

LULA. Ex-presidente passa pelo Rio Grande do Sul e busca reconstrução do país

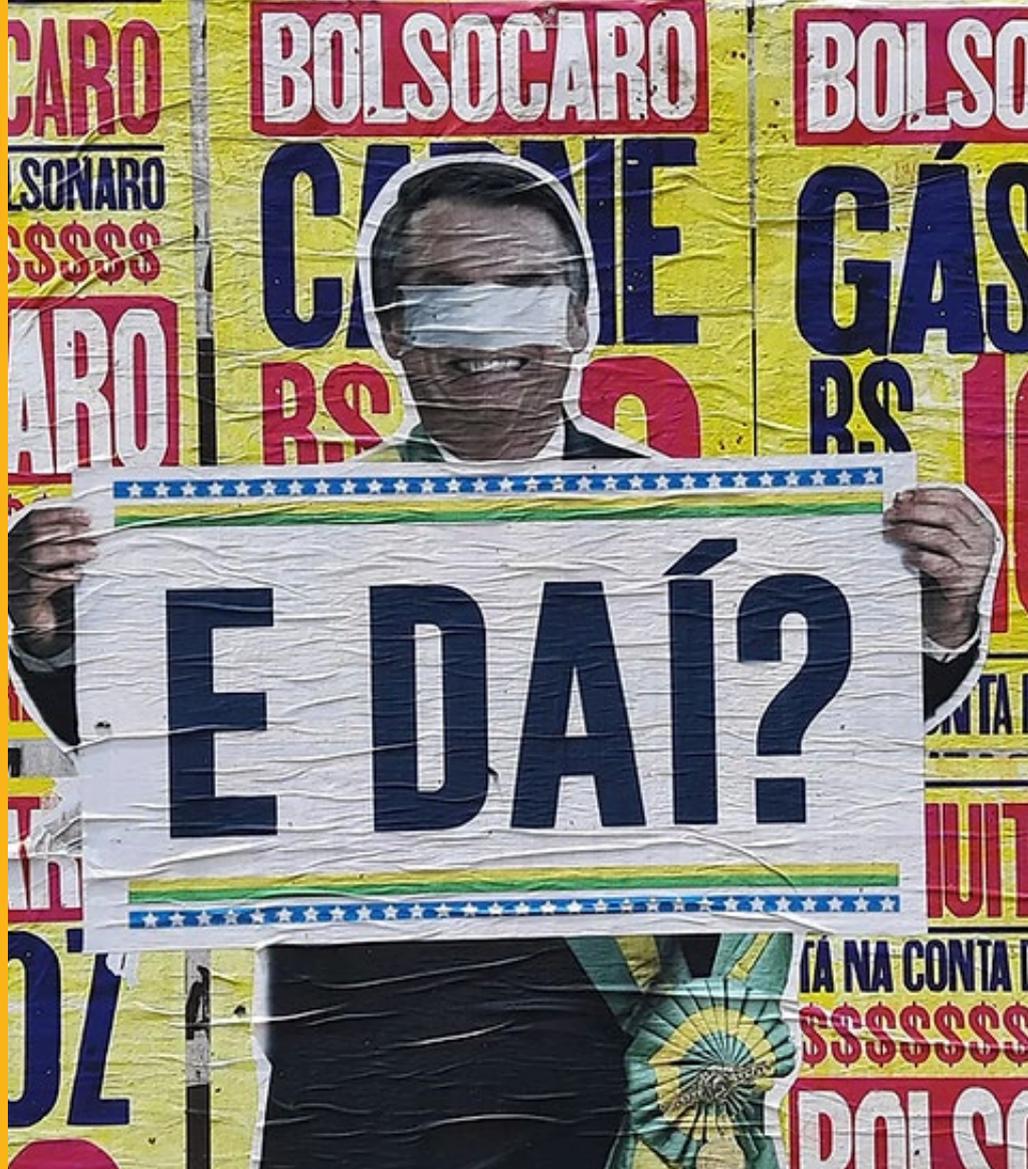
Página 16

PROGRAMA. Campanha cria plataforma para colher palpites e sugestões

Página 17

CARTAS. Lula se emociona ao ouvir relatos das cartas remetidas durante prisão

Página 18



PESQUISAS. Maioria diz que a condução da economia está errada

Página 20

POLARIZAÇÃO. Felipe Nunes diz que polarização é social, não só política

Página 21

ECONOMIA. Mais um pibinho para Guedes, que construiu política ruinosa

Página 22

COVID. O médico Valcler Rangel Fernandes alerta para os riscos de sequelas

Página 24

VIOLÊNCIA. Mais uma marca da tragédia no Rio: criança baleada na cabeça

Página 26

GENIVALDO. Senado vai a Sergipe para apurar a morte de motociclista

Página 27

COLÔMBIA. Gustavo Petro ganha no primeiro turno e vai enfrentar milionário

Página 28

HISTÓRIA. Invasão da UnB em 1977 e projeto de integração do S. Francisco

Páginas 30 e 31

MÚSICA. País assiste à treta entre sertanejos, com shows milionários, e Anitta

Páginas 32

OBITUÁRIO. A morte do ator Milton Gonçalves, militante da cultura nacional

Página 34



A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE LULA-ALCKMIN

Aloizio Mercadante

A campanha presidencial de Lula e Alckmin, coordenada pelo PT, PSB, PC do B, PV, PSOL, REDE e Solidariedade, definiram que o processo de construção do programa de governo deve ser o mais amplo, aberto, transparente e participativo possível. A estratégia é que todas as entidades, movimentos sociais, pesquisadores, gestores e cidadãos que quiserem sugerir e debater propos-

tas poderão fazê-lo a partir de um canal, que será aberto ainda no início deste mês.

Esse processo se dará por meio de uma plataforma virtual inovadora e interativa, já utilizada pelas prefeituras de Barcelona, de Madri, de Belém, entre outras.

O desenho pensado é de uma plataforma que acolha não só as sugestões e propostas, mas também permita debates, fóruns, discussão e consultas. Além disso, a ferramenta terá um canal de

organização para envolver a participação dos comitês populares, entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos populares comprometidos com a campanha.

Com isso, esperamos ampliar o engajamento, em um diálogo interativo para que a base social do movimento Vamos juntos pelo Brasil participe da construção das propostas, se aproprie do programa de governo e se envolva de fato na criação coletiva de um

novo projeto de reconstrução e transformação do Brasil.

Em paralelo a isso, muitas entidades nacionais já se articularam para encaminhar propostas para o nosso plano de governo. Já recebemos sugestões do Campo Unitário, que engloba movimentos como MST, CONTAG, MAB, CONAQ, APIB e MPP, das centrais sindicais – a partir da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), do movimento das cooperativas – que apresentou uma pauta em reunião de 80 entidades com Lula, do Acampamento Terra Livre dos povos indígenas, de reitores das universidades e institutos federais e das comunitárias, para ficar em alguns exemplos mais emblemáticos.

Estamos trabalhando na análise das contribuições recebidas, sendo que algumas já estão sendo incorporadas no documento para debate na plataforma digital. Também teremos uma mesa de diálogo permanente com essas instituições para analisar, debater e aprofundar as formulações ao longo de todo o processo.

O próximo passo é tornar público, junto com a plataforma, o documento com as diretrizes do programa, com a metodologia em que se criam as ideias-força que vão orientar as políticas públicas do novo governo para resolver os grandes problemas e alcançar os principais objetivos que vão sustentar o processo de reconstrução e transformação do Brasil.

Será um documento sintético que organiza os temas e define as prioridades a partir de três grandes eixos temáticos: Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos; Desenvolvimento Eco-

nômico, Sustentabilidade Socioambiental e Combate à crise Climática e Reconstrução do Estado, da Soberania e Defesa da Democracia.

Esse documento será debatido pelos sete partidos e, depois, apreciado e aprovado por Lula e Alckmin. Tornado público junto com a plataforma, ficará aberto para receber subsídios e propostas pelo prazo de um mês, a partir do trabalho de uma equipe de

UMA PLATAFORMA VIRTUAL VAI PERMITIR COLHER SUGESTÕES PARA O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DO PAÍS QUE SERÁ ADOTADO NO GOVERNO

moderadores, que fará a seleção das sugestões, agrupamento por temas e organização desse grande diálogo nacional que culminará com o programa de governo.

Ao mesmo tempo, as agendas de Lula e Alckmin nos estados já estão sendo temáticas. Na última semana, por exemplo, eles estiveram em Porto Alegre em debates sobre educação, cooperativismo e cultura, atos em que foram recolhidas contribui-

ções para o plano de governo, como tem sido praxe em todas as agendas pelo país.

Outra dimensão desse processo coletivo é a organização e a participação de especialistas dos diversos campos. Só na Fundação Perseu Abramo (FPA) são 25 Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP), que acompanham todas as áreas do Estado e reúnem ex-ministros, técnicos, pesquisadores, dirigentes e lideranças, com cerca de 1 mil colaboradores voluntários e militantes. Os outros partidos possuem estruturas semelhantes e seguramente vão contribuir com o processo.

Nossa expectativa é integrar essas estruturas para aprofundar as discussões. No âmbito da FPA, estamos divulgando textos temáticos que formulem com total liberdade propostas dos NAPPs para as diversas áreas, para subsidiarem o debate e a construção do programa. Já publicamos 13 cadernos e outros três estão em processo final de publicação.

Ao final desse processo participativo, esperamos entregar um programa construído a partir de amplo, plural e democrático processo participativo, na forma de um documento sintético e acessível – como exige a democracia contemporânea –, consolidando as principais propostas.

Este é o compromisso de construção de um novo projeto de desenvolvimento justo, sustentável e solidário, que enfrente com coragem esta imensa tragédia social, resgate o Estado Democrático de Direito, retome o desenvolvimento econômico de forma sustentável, recupere a soberania do país e abra um novo ciclo histórico de reconstrução e transformação do Brasil. •

“É UMA ESCOLHA ENTRE CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE”

Um dos mais aguerridos políticos da geração pós-ditadura fala sobre a conjuntura política, aponta a tragédia que o estado vive por conta da violência e defende uma política de integração entre governo e sociedade para tirar o cartão-postal do país do século 16. “O Rio ainda vive no Brasil-colônia”, denuncia

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

O deputado federal Marcelo Freixo (PSB) é candidato a governador do Rio de Janeiro em uma aliança que inclui toda a esquerda, com exceção do PDT, que tem candidato próprio e ficou de fora. A polarização que marca a eleição presidencial também é forte no estado. O Rio é o berço político do presidente da República e de dois dos seus filhos. “Aqui, precisamos resolver questões que vêm do Brasil-colônia”, aponta.

O tema pelo qual o Rio mais costuma estar no noticiário é a violência. A questão é considerada fundamental pelo parlamentar, que estuda o avanço da violência policial e do crime organizado no estado há quase 20 anos.

Em 2008, ele presidiu a CPI das Milícias na Assembleia Estadual e chegou a viver exilado na Espanha

por um curto período em função de ameaças que sofreu durante o processo de investigação. “O estado foi governado de uma maneira trágica nos últimos anos”, lamenta. “Diversos governos que geraram uma possibilidade de ausência da ordem da lei para uma quantidade muito grande da população”.

Essa desorganização completa fez crescer o crime organizado. O domínio do território por esses grupos foi o que causou a execução da então vereadora Marielle Franco (Psol) e do seu motorista Anderson Gomes. Ela foi aluna de Freixo e uma parceira política. Durante a entrevista, ele mencionou que 80% dos botijões de gás vendidos no Rio são comercializados pela milícia ou o tráfico de drogas.

O enfrentamento deste problema tão profundo não depende apenas de ações policiais. Integrar os serviços públicos é uma ferramenta fundamental para “disputar

a vida dos jovens, a vida das mulheres”. O investimento em educação e a transformação do sistema educacional também é uma tarefa primordial. E critica a situação precária da saúde e disse como pretende restaurar e melhorar o sistema. Leia trechos da entrevista:

Focus Brasil – Pesquisas mostram que o cenário eleitoral no Rio é desafiador. O conservadorismo é mais forte no estado? E como dialogar com os setores conservadores?

Marcelo Freixo – Esta é uma eleição polarizada nacionalmente e regionalmente. O Rio de Janeiro, talvez, seja a praça mais polarizada de todas por algumas razões. Primeiro, porque o Bolsonaro é daqui e a polarização nacional tem reflexo direto com o lugar de onde ele vem. Bolsonaro tem aqui todos os seus mandatos e os dos seus filhos. Quer dizer, não é uma



referência de ocasião. Ao mesmo tempo, ele representa algo, assim como o Cláudio Castro - seu candidato ao governo - que é uma sociedade miliciana onde a arma, o território, a ilegalidade, a força, o poder "na mão" de homens, é muito forte. É um projeto de Brasil que tem no governo do Rio um representante muito forte com as forças políticas e o mesmo partido do presidente. Então, há uma polarização da extrema-direita muito expressa no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, como adversário, sempre fui oposição forte ao Bolsonaro antes de ele ser presidente. E a gente consegue reunir conosco uma aliança inédita de toda a esquerda. Tirando o PDT, toda a esquerda está junta, coisa que nunca aconteceu no Rio.

Esses fatores determinam uma eleição muito polarizada. De um lado, a própria expressão bolsonarista com um representante do governo do estado e, por outro

lado, a esquerda unida contra o Bolsonaro e que é o palanque do Lula. Isso, inevitavelmente, faz do Rio um dos lugares mais emblemáticos dessa polarização que será nacional. Agora, acho que a ideia de se é conservador... O Brasil é um país conservador e não é o Bolsonaro que faz o país ser conservador. O problema é que o Bolsonaro não representa o conservadorismo, ele representa o retrocesso. Bolsonaro não conserva, ele retroage. Tem conservadores que não se sentem representados por ele. A gente precisa entender. O Brasil-colônia, quando ele foi... Aí eu falo de uma coisa que eu sempre refleti muito como professor de História. Quando o Brasil foi colonizado, tinha três sentidos de colonização e quem desenvolveu isso foi o professor Ilmar Mattos, que foi da UFF e hoje é da PUC-RJ. Ele diz que existiu o sentido militar, o religioso e o mercantil na formação da sociedade. Você tem

no sentido mercantil a busca pela riqueza. No religioso, a busca por uma formação de domínio religioso e de uma sociedade religiosa que diz respeito a uma ação jesuíta. E tem o sentido militar, que é o da conquista.

Esses sentidos deixaram raízes muito profundas, principalmente, a relação entre o sentido militar e o religioso, na formação da nossa sociedade. E muitas dessas coisas a República não resolveu. Quando a gente fala de ter um projeto republicano, hoje, para o Rio, é resolver questões coloniais. São questões pré-Império que a República não resolveu. Entre elas, a própria escravidão e a ideia de "justiçamento", a ideia de castigo... Isso é muito forte na cultura brasileira e no Rio. Esta eleição talvez seja a mais importante para o Brasil porque é um plebiscito sobre a Constituição de 1988, se ela vai continuar existindo ou não. É a eleição mais importante da histó-

ria do Rio porque é a grande chance do estado ter outra governança que não é essa enraizada nessa visão colonial.

– As pesquisas sobre o Rio de Janeiro mostram que quando o eleitor é instado a falar sobre a eleição nacional, aponta o desemprego, miséria, fome, ausência de oportunidade. Daí a liderança do Lula. Mas o estado do Rio tem problemas maiores.

– Quando a população é consultada, o tema do custo de vida aparece muito fortemente. Não existe um brasileiro do estado e um brasileiro do país. Todo mundo mora na cidade. E o Rio é um dos lugares mais caros, hoje. A cesta básica mais cara do mês de janeiro é a do Rio. O desemprego cresceu 11% no Brasil. E, no Rio, 14%. Perdemos 700 mil postos de emprego. O Rio é a segunda economia e era o 18º estado em arrecadação, agora melhorou um pouco por causa do petróleo, mas é uma vergonha. O Rio teve 18% do seu PIB na indústria nos anos 2000. E hoje é 6%. O Rio se desindustrializou completamente. Quando a gente fala de uma crise política, isso tem desdobramento social, desdobramento econômico muito profundo na população. Essa população sente isso. Acho que a gente tem que trabalhar isso como tema central: o tema do emprego, da renda, do trabalho, a questão do empreendedor. Por exemplo, a região dos Lagos tem 66 mil empreendedores e a Baixada Fluminense, 135 mil. É um número enorme de pessoas que não estão querendo uma carteira assinada, querem tocar seu negócio. Você também tem que conseguir desenvolver casas do empreendedor para facilitar um sistema de crédito popular para que o negócio que gera emprego, circulação de dinheiro e de consumo, possa existir no Rio. Este é um tema central.

– Há muita precariedade.

– Quando você olha para a situação da saúde, é impressionante. O Rio, que é o produtor de 80% do petróleo, é também o campeão em mortes por tuberculose. Tuberculose! Estamos falando de uma doença que matava no século 19. E estamos no século 21. O Rio é o campeão em mortes por tuberculose. A Rocinha é um dos principais focos da doença, no coração do IPTU mais caro do Brasil, que é São Conrado. O Rio é o campeão no Sudeste em mortalidade infan-

O RIO VIVE UMA TRAGÉDIA. O ESTADO QUE É O MAIOR PRODUTOR DE PETRÓLEO É CAMPEÃO EM MORTES POR TUBERCULOSE. FALTA GOVERNO!

til. Os indicadores de hipertensão e diabetes são altíssimos no Rio de Janeiro. Estamos falando de um nível de precariedade muito profundo na saúde. Morrer de tuberculose em pleno século 21 é muito grave. O governador tinha que começar qualquer fala pedindo desculpas. Agora, por que a segurança toma o lugar de uma forma tão absoluta mesmo com esses números que a gente está aqui trabalhando? Porque o Rio tem uma situação inusitada. O estado foi governado de uma maneira

trágica nos últimos anos, diversos governos que geraram uma possibilidade de ausência da ordem da lei para uma quantidade muito grande da população.

– O crime organizado ocupou o papel do Estado?

– Sim. Saiu uma matéria recente no *Globo* dizendo que 80% das vendas de botijão de gás são feitas pela milícia ou pelo tráfico. Isso ilustra muito o que foi dito na pergunta. Evidente que o tema da segurança é muito decisivo e aí são vários elementos que a gente tem que trabalhar. Não tem uma fórmula mágica para resolver tudo isso e nem vamos resolver em quatro anos, é preciso ser muito honesto sobre isso. Agora, você tem que modernizar a polícia. É preciso equipar a polícia, formar policiais, trabalhar com plano de metas. Se a meta é a redução de homicídios, de roubo de carga... O policial tem que ser valorizado a partir da obtenção de resultados em metas planejadas. E aí falta um planejamento baseado em segurança pública mais eficiente que é o que precisamos ter. Isso é possível. Estou há mais de um ano conversando com diversos setores da polícia, setores sérios que sabem o que fazer. O uso da tecnologia é um aliado da eficiência policial.

Eu recebi uma prefeita de uma cidade importante do México, que tem 2 milhões de habitantes, uma área dominada por gangues e com indicadores de violência muito semelhantes aos do Rio de Janeiro. E ela me apresentou um projeto baseado na experiência de Medellín, na Colômbia, mas com resultados melhores. São grandes investimentos de ocupação de território com projeto social, educacional, projeto para mulheres, junto com as igrejas. Um grande investimento social. E o custo é muito mais barato do que o Rio está gastando com outras coisas. Se você pega um lugar e ao invés de você fazer

uma guerra e matar 20 e no dia seguinte a situação ser igual, você faz um investimento, chama as escolas, as igrejas, faz um movimento de primeiro emprego, de escolas técnicas, um lugar que tenha atividade cultural, esportiva, que você integre essa juventude, que ocupe esse território, que ofereça alternativa e faça girar a economia, você tem resultados de aprendizagem e de redução de violência que são muito eficazes.

– E como fazer o combate ao tráfico de armas?

– Eu fui presidente da CPI que investigou tráfico de armas e o tráfico de drogas. Uma parte considerável das armas que hoje está na mão do crime tem uma origem legal e, no meio do caminho, por falta de fiscalização, vão para a mão do crime. A Polícia Rodoviária Federal – que hoje é assunto em qualquer roda de conversa sobre segurança pública – a Marinha e a Polícia Federal são instituições muito importantes no combate ao tráfico de armas e munição nas estradas, na Baía de Guanabara, para não permitir que cheguem onde estão chegando.

– Parte da resolução dos problemas passa por uma integração da sociedade e do Estado?

– Exatamente. Primeiro, você tem que ter um planejamento de integração. Hoje, não tem a assistência social conversando com a educação, que não conversa com a segurança pública... As polícias militar e civil não agem integradas, nem as polícias agem integradas, o que dirá a Assistência Social, Educação... Você não tem nenhuma integração. Quando fala em território, a gente pensa na favela, em crime, violência e polícia. Isso já é um vício da própria esquerda, a própria esquerda cai nisso. Não consegue olhar para a favela e falar da cultura, emprego, mo-

eda social, economia solidária... É claro que ali tem crime, mas é menos de 1% da população envolvida com tráfico ou a milícia. Então, “Ah, você vai acabar com o tráfico, vai acabar com a milícia?”. Não, nós vamos enfrentá-los com inteligência, resultado e metas. Vamos disputar a vida desses jovens, mulheres, esse lugar, com projeto de integração do serviço público. A gente está falando de serviço público, de atendimento ao povo. Isso tem muito mais eficácia.

Vou dar um exemplo, eu sou

A GENTE TEM QUE TER UMA REVOLUÇÃO DE APRENDIZAGEM. ESTAMOS HÁ DOIS ANOS SEM ENSINAR NADA PARA UMA GERAÇÃO INTEIRA. A CRISE É GRAVE

professor de História, tive um sonho na minha vida que era ser professor. Realizei. Vim de uma família muito pobre, meu pai foi camelô com 8 anos e padeiro com 12. Minha mãe era secretária de colégio público. Depois, meu pai que só sabia escrever o nome virou inspetor de colégio. Eu sou filho da escola pública. Eu tive o sonho de ser professor e realizei esse sonho. Quando a gente fala isso, a gente está falando que um pai como o meu, que é uma figura simples, não pode perder o direito do fu-

turo do filho. Quando falamos de investimento integrado, todas as ações sociais disputando esse território, estamos dando a essa família o direito ao sonho, o direito do filho dele ter um investimento que vai sonhar. A educação passa por uma crise das mais graves da nossa história. Passamos dois anos com uma parte considerável dos nossos alunos não aprendendo nada. Nada. Eram duas horas de aula por dia durante 20 meses. Sendo que eram por internet e boa parte dos alunos não tem internet. Estamos há dois anos sem ensinar nada para uma geração inteira. Temos um déficit de aprendizagem que vai comprometer a renda em aproximadamente 10% daqui a alguns anos. Isso vai gerar uma crise sem precedentes.

A gente tem que ter uma revolução de aprendizagem. Precisamos de um projeto de educação dos mais ousados. Isso vai ter que estar integrado a outras áreas. Teremos que chamar as universidades e falar assim: “Vamos lá, quem é estudante de Pedagogia, Matemática, História e Geografia? Vamos fazer uma residência pedagógica. Vocês vão estar na escola antes, vamos fazer no contraturno a famosa ação dos explicadores, das aulas de reforço”. Vamos recuperar o aluno que a gente perdeu, recuperar uma aprendizagem que estamos há 20 meses sem fazer. Isso tem que estar integrado a um lugar onde ele possa ter esporte, a mãe saiba que ele está num lugar seguro. E isso é dentro do território. Isso é disputar essas famílias. Precisa de muita coisa.

– O senhor pretende abrir um diálogo com as igrejas para que participem da retomada dos territórios do Rio de Janeiro?

– Muito. Isso é decisivo. A gente tem um avanço das igrejas evangélicas que é muito forte. Elas estão em tudo quanto é lugar. Ao contrário da Igreja Católica,

a evangélica vai até você. Não é você que vai na igreja. Ela é muito presente no sentido da busca. Qualquer lugar que você vá tem uma igreja evangélica e são várias. A igreja evangélica trabalha com uma coisa que eu acho que a gente precisa entender que é a materialização da conquista. Sempre dou esse exemplo: geralmente, é a mulher que entra na igreja e ela começa a falar, começa ter direito à voz, começa a ser respeitada. Ela leva o filho e as notas dele na escola melhoram. Ela leva o marido. Quando ele vai – isso não é uma regra, mas acontece bastante – para de beber. E, ao parar de beber, ele para de bater na mulher, para de gastar dinheiro com coisas que a família acha que não deveria. Sobra dinheiro para sair com os filhos, para o lazer, investe na casa... A vida, concretamente, melhora. A vida efetivamente melhora. Não há dúvida sobre isso. A gente precisa entender que não é só discurso. Não é fuga, é conquista, é realidade. A gente precisa saber que isso tem eficácia. Então, chamar as igrejas, e aí tem que ter uma capacidade de discutir com todas, o que, aliás, é uma grande ferramenta de enfrentamento à intolerância religiosa quando o Estado puder trabalhar com todas. Esse é um bom caminho para a gente no Rio.

– O senhor falou um pouco sobre as condições da saúde pública, como é que se recupera o sistema no Rio? Por onde começar e qual é a meta?

– Eu consegui reunir no grupo da saúde pública cabeças extraordinárias além de uma quantidade enorme de profissionais da base, enfermeiros, técnicos, auxiliares e médicos, a gente tem o [Gomes] Temporão [ex-ministro da Saúde] organizando nosso programa, temos a Lígia Bahia, a Margareth Dalcolmo... Temos uma quantidade de gente muito séria. A primei-

ra coisa é blindar politicamente a Secretaria de Saúde. Se você olhar os governadores presos, todos foram acompanhados dos seus secretários de Saúde. Isso não é à toa. Blindar a Secretaria de Saúde, fazer com que ela possa ter política pública sem a interferência de determinados setores, é um passo importante. O governador precisa ser um grande articulador da rede de saúde nacional e municipal. Não é o presidente, nem o prefeito. Quem pode ser um grande articulador da rede de saúde para

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO NÃO CONSEGUE NEM GASTAR O MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 12% EM SAÚDE. É UMA VERGONHA! SAÚDE É INVESTIMENTO

que a saúde funcione dentro de uma rede é o governador.

O Rio tem uma particularidade que é a grande quantidade de hospitais federais. Então, muitos leitos são do governo federal. Eu não tenho dúvida de que o Lula vai permitir que o governo do Rio possa administrar os leitos desses hospitais dentro de um plano de ação de saúde que seja estadual, porque os leitos estão aqui. Esses leitos, à disposição do governo do estado, num plano de saúde que possa ter a ação preventiva dos

municípios, o atendimento com a ampliação dos leitos, uma secretaria blindada e uma articulação de atendimento que possa ser em rede, melhora demais a situação da saúde. E gastar o que tem que ser gasto em saúde. A gente viu o governo do Rio de Janeiro, na hora de justificar o orçamento de gastos de 12% da receita, colocando gastos com a despoluição da Baía de Guanabara para dizer que gastou 12% da saúde. É uma vergonha. Não consegue gastar nem o mínimo constitucional. Saúde é investimento.

– O Rio de Janeiro pode sediar um complexo industrial da saúde a partir da Fiocruz/Bio-Manguinhos. O senhor acha possível que esse complexo possa se fortalecer a partir de uma parceria estado e União?

– Claro que sim. Esse projeto, eu já conversei muito com o [Carlos Augusto Grabois] Gadelha, que é um dos principais articuladores e ideólogos do complexo industrial de saúde. Primeiro que é uma medida de desenvolvimento do Rio de Janeiro, geradora de emprego e de economia, porque produzirá uma série de medicamentos que hoje são comprados a um custo maior. O Rio tem capacidade e, mais do que isso, o projeto é para o bairro de Santa Cruz. Estamos falando em investimento na Zona Oeste, uma área muito deteriorada e atingida pelo desemprego. O governo federal será decisivo para que a gente tenha esse investimento. Eu defendo isso.

– E os democratas declarando apoio a Lula?

– Lula vai cumprir, talvez, a grande missão da sua vida. Quem diria que depois de tanta coisa que ele já fez e viveu, depois de uma prisão arbitrária como aquela, Lula fosse se colocar diante da eleição mais importante da história da democracia brasileira. Eu falo que é a

mais importante porque pode ser a última. Se o Bolsonaro vencer essa eleição, a gente pode ter o fechamento de um... O Bolsonaro, hoje, não tem força para dar um golpe, mas ele ganhando a eleição, o golpe está dado porque ele está legitimado a governar de forma autoritária, sem nenhum respeito às instituições e sem cumprir a Constituição de 1988 como já vem fazendo. Então, esta eleição é a mais importante das nossas vidas. A gente tem a chance de reeleger Lula presidente do Brasil com uma enorme capacidade que ele tem, mais do que qualquer um de nós, e articular um grande governo de participação ampla e democrática no Brasil. Não é uma eleição entre direita e esquerda. É uma eleição entre a extrema-direita e o campo democrático. É uma eleição entre civilização e barbárie. É uma eleição entre o século 21 e o século 16.

– **E o imbróglio entre PT e PSB? O PT apoia a indicação do André Ceciliano para o Senado. O senhor tem muita força na capital, ele viria costurando pela Baixada e o Lula fazendo a liga na via popular. Acha possível a vitória dessas três pontas?**

– Acho que sim. O que aconteceu em 2018 não se repete. Foi uma anomalia. A eleição do [Wilson] Witzel e a própria eleição do Bolsonaro, a forma com que aconteceu... Faltando duas semanas ninguém achava que o Witzel fosse uma figura com algum tipo de representatividade. Eu acho que 2018 foi um fenômeno que dialogava com 2013, enfim... Isso não quer dizer que a gente tenha uma eleição marcada pelo campo democrático, marcada pelas regras... Também não teremos. Eu não tenho a menor dúvida de que o Bolsonaro não vai cumprir o rito democrático. Já está questionando urna eletrônica, já disse que aqui vai ser pior do que o que aconte-

ceu nos EUA no Capitólio, já ameaçou o Supremo... Todos os ingredientes do bolo estão colocados. Não vai surgir algo diferente. Os indicativos já são de arbitrariedade, gestos antidemocráticos. O que nos cabe é uma aliança sólida com programa, com capacidade de dialogar com o povo para derrotar o Bolsonaro na eleição e enfrentar o bolsonarismo depois, no governo. Vamos derrotar Bolsonaro no 2 de outubro, mas vamos conviver com o bolsonarismo.

ESTA ELEIÇÃO É A MAIS IMPORTANTE DAS NOSSAS VIDAS, PORQUE PODE SER A ÚLTIMA. A GENTE TEM A CHANCE DE REELEGER O LULA PRESIDENTE

– **Uma força como o trumpismo...**

– Mas o que vai derrotar o bolsonarismo vai ser o governo Lula. Um governo bem sucedido, de conquistas reais, amplie a democracia, garanta direitos... É este governo que vai derrotar o bolsonarismo. E nesse sentido, Lula tem muita razão quando diz: “Quero ganhar a eleição ganhando Rio, São Paulo e Nordeste, porque eu nunca governei assim”. Se nós ganharmos no Rio, em São Paulo e no Nordeste, a gente tem outro país. Lula vai ter muita dificuldade no Congresso

por conta do orçamento secreto e do que vai sobrar deste ano para o ano que vem. Por mais que a gente se empenhe muito em eleger senador, deputados federais e deputados estaduais, sabemos a dificuldade que vamos enfrentar. Não é provável que tenhamos maioria no Parlamento. Os governos serão decisivos para dar estabilidade ao governo Lula. Então, ganhar no Sudeste se tornou importante até para equilibrar o que acontece entre Sul e Nordeste. Estes mapas brasileiros, no que diz respeito aos governos, são decisivos para a estabilidade do governo Lula e para o enfrentamento do bolsonarismo.

A gente ainda tem uma questão aberta no Rio de Janeiro e em outros lugares. Tivemos uma reunião entre a direção do PT e a do PSB. Temos São Paulo para resolver, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco mais encaminhado... Temos Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte. A escolha do Alckmin ajuda muito Lula dentro do PSB. Eu sei que nem todos se sentem à vontade com isso, mas é a ampliação fundamental para a governança. Lula e Alckmin jamais estariam juntos em tempos normais. “Ah, mas o Lula não é o mesmo ou o Alckmin não é o mesmo”. Não, eles são os mesmos. O que não é o mesmo é o Brasil. A mudança não está neles, a mudança está no país que faz com que eles tenham que estar juntos e que uma ampla maioria de nós entenda isso e concorde com isso.

A vaga do Senado do Rio de Janeiro, eu defendo que tenhamos candidato único. Se tivermos dois candidatos, a tendência é que a gente não ganhe a eleição do Senado porque vamos nos dividir. E a gente tem que ganhar a eleição para o Senado. Tem que ser um candidato que viabilize a aliança. A aliança é mais importante do que qualquer nome, inclusive o meu. Ter uma aliança é a coisa mais importante. •

An artistic illustration featuring a hand holding a shopping cart. The background is filled with large, stylized dollar signs (\$). The overall color palette is dark blue and black, with the dollar signs and the text below in a bright yellow.

INFLAÇÃO DE ALIMENTOS, PREÇO DA DESIGUALDADE

Só problemas conjunturais não explicam os altos preços da comida no país. O fenômeno é antigo e estrutural. A concentração de terras e de canais de distribuição e a prioridade para exportação estão entre as causas, assim como o fim da política de estoques

Isaías Dalle

A inflação dos alimentos é uma notícia tristemente velha no Brasil. E por aqui tem aspectos muito próprios, agravados pela condução política e econômica adotada desde 2016. O mais grave desses aspectos é o alastramento da fome, pela combinação

da alta de preços com a queda do poder de compra da população. O quadro fica mais sombrio quando se sabe que o país é o maior exportador líquido de alimentos processados e de origem vegetal do mundo, e o segundo maior em alimentos de origem animal.

Em 2019, o país somou US\$ 68 bilhões em exportações no setor. Os ganhos em venda para o exte-

rior continuam se expandindo. No primeiro quadrimestre de 2022, o volume exportado pelo agronegócio brasileiro aumentou 5% e o faturamento, de US\$ 48 bilhões, auxiliado pela taxa cambial desfavorável ao real, foi 34% superior na comparação com o mesmo período de 2021. Os dados são do Centro de Estudos em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

(Cepea/Esalq). O Brasil prioriza a venda ao exterior, embalado pela alta de preços dos alimentos, transformados em objeto de especulação internacional.

Enquanto isso, o lucro líquido das redes de supermercados brasileiros vem batendo recordes. O dado consolidado mais recente, de 2020, alcança aproximadamente R\$ 15 bilhões, segundo relatório da associação que representa o setor. É o maior da história. Ainda que isso possa refletir em parte o fato de as pessoas terem passado a comer mais em casa, no período mais agudo da pandemia da covid, é inegável o aumento das margens de lucros, na esteira da inflação. Reforçando essa hipótese, o Índice de Atividade do Comércio, divulgado pelo Serasa, apontou queda de 8,5% nas vendas de comida e bebida nos hiper e supermercados brasileiros naquele mesmo ano. Vendeu-se menos, ganhou-se mais.

Os bons resultados das redes varejistas continuam em trajetória ascendente. Relatório do grupo Pão de Açúcar mostra que, no primeiro trimestre deste ano, suas lojas registraram faturamento bruto 11,2% maior que nos três primeiros meses de 2021. A forte concentração de mercado em apenas 20 redes líderes ajuda. Inclusive na formação da inflação.

Um exemplo de como os intermediários podem ditar altos preços é que o quilo do feijão carioca era comprado nos supermercados, em média, por R\$ 7 na última semana de maio. Não importam os preços junto aos produtores. Antes de chegar às prateleiras, a saca de 60 kg do feijão produzido pela cooperativa Da Terra, no sudoeste paulista, custava R\$ 240 no final da safra, em janeiro. Sacas de mesmo peso, colhidas na mesma safra por outros produtores, eram cotadas em R\$ 455 pelo Instituto Brasileiro do Feijão (Ibrafe), ao final de maio. Para o consumi-

dor final, o preço se iguala.

Tais contrastes evidenciam outra notícia velha e triste, a desigualdade. Que desagua em dados como o da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Pensann), segundo a qual mais de 116 milhões de brasileiros viviam algum problema de falta de alimento no final de 2020. Um retrocesso a níveis observados em 2004, antes de o Brasil deixar o Mapa da Fome das Nações Unidas. Com a subida constante da inflação,

O BRASIL TEM A SEGUNDA MAIOR INFLAÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNDO ENTRE AS POTÊNCIAS AGRÍCOLAS, ATRÁS DA RÚSSIA, QUE ESTÁ EM GUERRA

que atingiu 12,13% em abril de 2022, o maior índice acumulado em 12 meses nos últimos 26 anos, não há sinais de que o flagelo da fome tenha arrefecido.

A gramática bolsonarista não explica a inflação de alimentos. O fenômeno no Brasil não é composto apenas por fatores conjunturais, como guerra no exterior ou alta global dos combustíveis. Uma evidência disso é que o país tem a segunda maior inflação da comida entre todos as potências agrícolas do mundo, ficando apenas atrás da Rússia, segundo

levantamento do portal Trading Economics. Mas os russos estão em guerra e sofrem sanções econômicas internacionais.

O Brasil tem ainda a tradição de ostentar uma inflação de alimentos bastante superior à média geral das altas de preços. No acumulado desde 2006, segundo análise do economista e professor Valter Palmieri Junior, a alta da comida supera em 38% os índices da inflação geral no país. Trata-se já de um problema crônico. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos, outra potência agrícola, a inflação dos alimentos no período superou a inflação geral em apenas 5%.

Palmieri toma 2006 como marco de sua pesquisa por ser período em que se acentuou a subida dos preços dos alimentos no mercado internacional, puxados pelo incremento do consumo chinês. De lá até 2019, o Brasil aumentou em 286% as exportações de alimentos de origem animal, e em 106% os de origem vegetal, segundo variações captadas pelo Observatory of Economic Complexity.

Essa opção por aproveitar os preços internacionais e deixar a população em segundo plano produz outro efeito negativo, bastante conhecido. Produtos mais rentáveis, como soja, ganham cada vez mais espaço nas terras destinadas à lavoura. Entre 1980 e 2019, o arroz, o feijão, os legumes e as frutas perderam mais de 60% dos hectares destinados a seus cultivos. Soja, milho e açúcar, por outro lado, ganharam mais de 50% na comparação com a área de plantio que tinham. Essa concentração de áreas em monoculturas de exportação também alimenta as altas de preços.

Outros países optam por priorizar suas populações. O Japão, por exemplo, dedica 370 mil hectares para o plantio de legumes e hortaliças, componentes

importantes do cardápio nacional. O Brasil, que tem 53 vezes mais terras que os japoneses, só reserva 360 mil hectares para esses alimentos.

“É uma diferença de modelo econômico, é uma questão de se preocupar com sua própria população”, comenta Palmieri, doutor em economia pela Unicamp, professor da Strong Business da Fundação Getúlio Vargas e criador do canal Comida Economia, no Instagram. “A China também faz isso. Investe em agricultura, porém a indústria cresce em ritmo maior. Então eles usam os excedentes para comprar os alimentos que não conseguem produzir. Estão certos”, comenta.

Pela duração do processo da inflação de alimentos no Brasil, que envolve fatores já bastante antigos, os alertas de especialistas costumam se assemelhar a tentativas de cultivar terra árida e endurecida. O economista Gerson Teixeira, que compõe o NAPP Agrícola e Agrário da Fundação Perseu Abramo, tem se batido há anos pela mudança do modelo. Ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), ele destaca, porém, que nos governos do PT houve um movimento pendular rumo a essa mudança.

Além do maior orçamento até então destinado para o financiamento da agricultura familiar, os governos petistas também fizeram uso de mecanismos como o poder de compra do Estado, reservando cotas para as cooperativas de pequenos produtores, em iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Lula e Dilma também mantiveram estoques públicos de alimentos como forma de equilibrar os preços por meio da oferta para o mercado interno. “É preciso considerar nesse processo que o governo Bolsonaro acelerou a crise dos alimentos ao sepultar a refor-

Dieese mostra preço da cesta básica em 17 capitais

	Valor da cesta – em reais	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	803,99	16,43	27,09
Florianópolis	788,00	14,28	24,17
Porto Alegre	780,86	14,34	24,72
Rio de Janeiro	768,42	15,33	23,53
Campo Grande	761,73	18,77	29,93
Brasília	741,55	19,30	26,26
Curitiba	739,28	17,63	26,67
Vitória	729,31	10,17	19,37
Belo Horizonte	693,41	14,58	22,56
Goiânia	682,87	14,34	22,76
Fortaleza	647,63	11,84	23,30
Belém	610,31	9,60	20,65
Natal	595,37	12,43	24,49
Recife	582,74	9,46	23,59
Salvador	575,84	11,12	25,85
João Pessoa	573,70	12,31	17,07
Aracaju	551,47	15,36	17,42

ma agrária, desmontar e depois extinguir o PAA e sobretudo ter detonado a política de estoques”, aponta Teixeira.

Palmieri recorda ainda que a geração de empregos e a elevação do poder de compra dos salários, aliadas à possibilidade de pressão por aumentos reais de salários, nos governos do PT, suplantavam a inflação, inclusive a dos alimentos.

O professor acredita que a comoção atual pela alta dos preços da comida, nos meios de comunicação, deve-se em grande parte ao fato de que as carências chegaram aos setores médios. “Quando a fome atinge só os marginalizados, não é uma questão de grande preocupação pública. Isso tem a ver com uma visão meritocrática”, observa. “Mas hoje a inflação se soma à queda da renda da maioria da população. Há a insegurança ali-

mentar grave, mas a insegurança leve também aumentou. Pessoas que conseguiam comprar o que queriam, não conseguem mais. A renda estava aumentando. Agora, não”.

Os dois especialistas concordam que será preciso mais para reverter a tendência concentradora que aprofunda a inflação de alimentos. A reforma agrária é o caminho para atacar os problemas estruturais e construir uma mudança duradoura, segundo Palmieri e Teixeira. Para problemas conjunturais, como quebras de safra ou alterações no cenário internacional, uma das medidas é estipular a cobrança de imposto sobre exportação de alimentos. Teixeira propõe a cobrança toda a vez que os estoques públicos estiverem abaixo de 10% do volume previsto para consumo interno. Se depender só do mercado, os problemas persistirão à mesa. •

PETROBRÁS E TRANSPARÊNCIA

Projeto obriga a estatal a levar em conta os custos de produção e refino em moeda nacional acrescidos de um índice de lucro para fixar os preços das tarifas de combustíveis. É hora de o país abandonar a política de dolarização, que está sacrificando a Nação

Reginaldo Lopes

Os preços extorsivos praticados pela Petrobrás depois do Golpe de 2016, sobretudo agora com o governo Bolsonaro, têm trazido uma explosão inflacionária no país, com reflexos negativos em toda a cadeia produtiva. À parte a antinacional política de Preço de Paridade de Importação (PPI), que dolariza tudo, há uma verdadeira caixa preta na composição dos valores.

É neste cenário nebuloso, em que os acionistas abocanharam R\$ 106 bilhões em dividendos da estatal no ano passado, que a sociedade brasileira precisa agir. Nesse sentido, protocolei o Projeto de Lei 3677/21, que determina que a fixação dos preços de venda praticados pela Petrobrás para os combustíveis deve levar em conta os custos de produção e refino em moeda nacional acrescidos de um índice de lucro.

O primeiro desafio é colocar fim na dolarização das tarifas, acabando com o PPI. Além disso, é necessário controle e transparência na definição dos preços em real. O objetivo da proposta é criar transparência na composição dos preços dos



combustíveis e do gás de cozinha.

O povo brasileiro tem direito de saber por que está pagando tão caro pelos derivados de petróleo. O centro da questão é o PPI, que faz com que paguemos em dólar pelo combustível pro-

duzido aqui no país, em reais, não na moeda norte-americana.

Não se trata de impedir o lucro da Petrobrás e a remuneração dos acionistas, mas garantir que a especulação não se sobreponha ao interesse social e econômico do país, sobretudo em um momento como o atual, em que o povo brasileiro encontra muitas dificuldades, com arrocho salarial, desemprego e desesperança graças ao governo incompetente e cruel.

Em síntese, a proposta torna obrigatória a divulgação dos valores referentes aos componentes que influenciam os preços dos derivados de petróleo vendidos no país pela Petrobrás. Entre eles, os custos internos de extração, de refino e de produção, além do valor dos tributos incidentes, uma taxa de lucro aceitável e outras informações que impactem diretamente o preço dos derivados de petróleo. Precisamos adotar um mecanismo similar ao utilizado para cálculo do preço de passagem de transporte coletivo urbano.

O texto determina ainda que, para garantir o abastecimento interno e o papel econômico da Petrobrás para o desenvolvimento nacional, só será permitida a exportação do petróleo excedente depois de garantida a demanda interna.

Com essa política transparente, teremos preços justos. E, adicionalmente, desmancha-se a tese de privatização da Petrobrás, que é estratégica para o país. Ao contrário do que é propagado pelo governo neoliberal de Bolsonaro, a venda de estatais vai na contramão do desenvolvimento e da prática mundial.

A tendência seguida pelos países desenvolvidos é da reestatização, invertendo o processo liberalizante que prevaleceu na década de 90. Desde 2000, ao menos 884 serviços foram reestatizados em países centrais do capitalismo global, como Estados Unidos, França e Alemanha.

A Petrobrás precisa voltar a ser uma empresa do povo brasileiro, em vez de atuar como agente de interesses estrangeiros no país. Como definiu o líder sindical petroleiro Deyvid Bacelar, a Petrobrás virou um Robin Hood às avessas: retira dos pobres para dar aos ricos, com sua antinacional e anti-popular política de preços. •

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.



LULA: “SOBERANIA É O POVO TOMAR CAFÉ, ALMOÇAR E JANTAR TODO DIA”

“Quem se importou em ver pobre na universidade, andando de avião e no shopping, pode se preparar, vai ter muito mais. Esse país é de todos, não de uma meia dúzia”, anunciou o ex-presidente, durante turnê com Dilma e Alckmin pelo Rio Grande do Sul

O desafio da defesa e da reconstrução da soberania brasileira estiveram no centro do ato promovido pelo PT e partidos aliados – PSB, PCdoB, PSOL, PV, Rede, Solidariedade – e movimentos sociais na quarta-feira, 1º, em Porto Alegre. “Soberania é o povo ter direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar”, discursou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Se o povo não tiver emprego e um salário que dê para sustentar sua família, onde é

que está a soberania?”

O ex-presidente desembarcou na capital gaúcha acompanhado do ex-governador Geraldo Alckmin, da ex-presidenta Dilma Rousseff, além da deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidenta nacional do PT. Ele se reuniu com líderes do PT e das legendas aliadas.

“Estamos vendo que soberania não é só cuidar das fronteiras secas e marítimas, do espaço aéreo, das riquezas minerais que estão no solo e subsolo, nas águas e no nosso mar”, declarou.

Ele usou o exemplo do pré-sal, descoberto em seu governo, utilizado como um instrumento de construção da soberania. “Quando descobrimos o pré-sal, tivemos a ideia de que seria o passaporte para o futuro deste país”, destacou. “Tomamos a decisão: o petróleo finalmente seria do povo brasileiro. As empresas que quisessem explorar não seriam donas do petróleo, iriam pagar aquilo que o povo brasileiro entendesse que merecia”.

Ele lembrou, no entanto, que as multinacionais não aceitaram

a política de soberania proposta pelo PT. “Venderam a BR, quebraram a BR. Hoje tem 392 empresas importando gasolina dos EUA e vendendo para nós a preço internacional”, lamentou.

Lula desmentiu o argumento de que a guerra na Ucrânia está por trás dos preços dos combustíveis, hoje descontrolados pela política de dolarização adotada pela Petrobrás. “Quando eu era presidente, na crise de 2008, o barril chegou a US\$ 147 e vocês compravam gasolina a R\$ 2,60. Viramos autossuficientes em Petróleo e agora não podemos sequer comprar um botijão de gás”, queixou-se.

“Tudo isso repercute na comida que a gente come. Cinquenta por cento da inflação são dos preços controlados pelo governo: energia elétrica, gás, gasolina. E por que isso? É por causa da guerra na Ucrânia?”, indagou. “Vou dizer pra vocês: é por falta de vergonha e compromisso de quem governa esse país e dirige a Petrobrás. Não adianta jogar a culpa em cima dos outros. Já tivemos guerra do Iraque, da Síria,

e aqui a gente não aumentava o combustível”.

Ao comentar os legados das administrações petistas, Lula demonstrou profunda indignação com a volta da fome no país. “Não tinha mais criança na rua pedindo esmola, não tinha mais gente passando fome, o salário mínimo tinha aumentado 77%, foram criados 22 milhões de empregos”, afirmou.

“E os pobres da periferia sabiam que o filho de um pedreiro poderia virar engenheiro, a filha de uma empregada doméstica poderia virar médica”, disse. Ele lembrou da inauguração da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com 10 campus espalhados pelo Rio Grande do Sul.

“Quem se incomodou pelo fato de a gente ter feito uma lei, dando jornada de trabalho para doméstica, 13º, fundo de garantia, descanso semanal remunerado, quem se importou de ver pobre na universidade, andando de avião, andando no shopping, pode se preparar, porque vai ter muito mais. Esse país é de todos, não de uma meia dúzia”, avisou. • **Agência PT**

PLATAFORMA VAI COLHER SUGESTÕES

A campanha de Lula vai criar uma plataforma digital para receber sugestões que poderão ser incorporadas ao programa de governo. A iniciativa foi oficializada na quinta, 2, entre os representantes dos sete partidos que compõem a coligação encabeçada por Lula e Geraldo Alckmin (PSB).

O grupo é responsável pela formulação do conteúdo do programa de governo e é composto por dois representantes de cada partido, coordenados pelo ex-ministro Aloizio Mercadante, presidente da Fundação Perseu Abramo.

A plataforma receberá sugestões pelo prazo de um mês a partir da divulgação de um texto inicial elaborado por esse grupo da campanha. Após esse prazo, a plataforma continuará em funcionamento e receberá contribuições até o final da campanha.

As sugestões enviadas nesse segundo momento poderão ser incorporadas entre as políticas de um eventual governo Lula-Alckmin. A ideia é promover debates e captar sugestões no ambiente virtual, como uma espécie de rede social.

A plataforma tem um canal de organização para envolver a participação dos comitês populares e organizações dos movimentos sociais. Para além das contribuições na plataforma, a campanha petista também colherá sugestões ao programa de governo em seminários realizados nos próximos meses. • **Agência PT**

ALCKMIN: “CHEGOU O TEMPO DA ESPERANÇA”

No evento em defesa da soberania, o pré-candidato à vice-Presidência Geraldo Alckmin conclamou os brasileiros a, como ele, “suar a camisa, trabalhar com todo empenho, para que Lula volte à Presidência”. Alckmin reafirmou o compromisso de luta dos democratas do país na recuperação da dignidade do povo. “Para salvar a democracia, combater o desemprego, a carestia, a fome, recuperar a saúde e a educação, o Brasil precisa da volta do presidente Lula”, discursou. “Chegou o tempo da esperança”.

A ex-presidenta Dilma Rousseff chamou atenção para a gravidade da crise que o Brasil

atravessa e para a necessidade de reforço da luta democrática para vencer o fascismo. “Vivemos o momento mais desafiador da história política, dos últimos tempos, porque o Brasil foi destruído, rigorosamente falando”, disse.

Ela fez referência ao ambiente de permanente violência, no qual Bolsonaro atirou o país. “As provas dessa destruição são visíveis, quando um homem adulto é morto dentro de um carro da Polícia Rodoviária Federal, num processo similar à câmara de gás usada pelos nazistas. Há algo de muito grave, de muito podre nas instituições brasileiras”, alertou. • **Agência PT**



HOMENAGEM A LULA Em evento no Tuca, artistas e autores das cartas leram as mensagens a Lula, preso por 580 dias

DO POVO AO PRESIDENTE

Livro com seleção de cartas de brasileiros a Lula é lançado em São Paulo, no Teatro Tuca, com a presença de alguns dos autores das mensagens, além de artistas e políticos

Bia Abramo

Numa conta apressada, Lula recebeu em média 43 cartas por cada um dos dias que ficou preso em Curitiba. Foram 25 mil cartas em 580 dias. Desse total, os organizadores de “Querido Lula: Cartas para um presidente na prisão” selecionaram 46, publicadas em edição meticulosa e bem-cuidada. O livro foi lançado em São Paulo, no Teatro Tuca, em uma espécie de sarau que reuniu autores das cartas, artistas e personalidades do PT e teve a presença de Lula, Dil-

ma Rousseff e Fernando Haddad.

Desde que se fez silêncio no teatro e a atriz Denise Fraga, âncora e leitora, abriu o evento, sabia-se que aquela não seria uma noite ordinária. A historiadora e socióloga Maud Chirio, organizadora de uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, explicou o processo: “Não há, até onde sabemos, nenhum movimento equivalente na história, ao menos na mesma escala. (...) milhares de pessoas anônimas, tomaram a iniciativa de oferecer seu apoio, mas também quase sempre um pedaço de sua história de vida, a um estadista à época privado de tudo – do po-

der, do direito de se manifestar e da liberdade”.

Entre os rostos bem conhecidos, destacaram-se “as pessoas anônimas”, alguns dos missivistas que leram trechos de seus escritos. Os relatos de fome, de privações de moradia, saúde e educação quando lidas pelos próprios remetentes ganhavam carga emotiva grande. Caso do professor de história Lucas. Ele contou a história de sua infância pobre em detalhes, levando gente da plateia e do palco às lágrimas: “Minha mãe nunca se sentava à mesa com a gente e só comia o que tivesse sobrado. Nunca reclamava da vida

e ainda conseguia ser amável com todos. Associo seu cárcere político a essa ausência de minha mãe à mesa”.

Em outra passagem, a psiquiatra Fátima arrancou risadas ao ler o trecho final de sua carta na qual transparece, ao mesmo tempo, o apoio coletivo, uma convocação à resistência e uma bronca bem-humorada: “Do mesmo jeito que somos Lulas aos milhões, estamos, milhões, dentro desse lugar onde aprisionaram seu corpo. Resistamos. Fique forte. Não fique triste. Não adoça, é uma ordem!! E peço aos céus que nos deixe adoecer no teu lugar, se for o caso. Preste atenção, menino: você não tem direito de ter uma gripe”.

Entremeados às releituras em primeira pessoa, também não foi sem emoção que rostos conhecidos das artes cênicas – como Camila Pitanga, Cleo Pires, Celso Frateschi, Grace Passô, Erika Hilton, Deborah Duboc, Leandro Santos e Camila Pitanga – da música – Zélia Duncan, Cida Moreira e Tulipa Ruiz – e do ativismo político, como Preta Ferreira, do MTST, e da vereadora Érika Hilton (Psol) leram trechos. Às vezes, excertos muito sucintos e diretos, às vezes com minúcias e detalhes, mas todos traçados com afeto e de solidariedade ao líder político preso injustamente.

Como assinala Chirio, no prefácio ao livro, o conjunto de cartas revelou uma diversidade enorme dos vários Brasis que eram “milhões de Lulas” e um ímpeto coletivo de ajudar, confortar e como que acompanhar, estar junto do isolamento e da ausência do presidente Lula da vida política do país. Muitos dos textos, no conjunto daqueles selecionados para o livro, falam de um presente duro, mas de um passado comum de maior alegria e luta, bem como de esperança da liberdade e da perspectiva de retomar o combate às desigualdades e a ampliação de direitos.



EMOÇÃO NO DESAGRADO O ex-presidente não segurou as lágrimas

A leitura dramática acabou por fazer uma espécie de ato de desagravo aos 580 dias de cárcere e de toda a perseguição jurídica e política. Ao final, Lula tomou a palavra para agradecer as cartas e homenagear a mobilização do acampamento Lula Livre, que todos os dias se reunia em horários fixos para lhe desejar, em coro, “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite”. “Me prenderam achando que a gente ia ficar mais fraco e a verdade é que vocês fizeram eu sair da cadeia muito mais forte do que eu entrei. Eles achavam que iam nos tirar, que iam banir o PT”, disse.

Falando sobre sua candidatura, engatou um discurso forte: “Parece que o povo finalmente tomou consciência de que temos de derrotar o fascismo e restabelecer a democracia nesse país. Estou mais consciente, mais maduro, consciente de que é possível fazer mais do que eu fiz, estou mais esperto do que eu era.”

“Acho que se a gente voltar, a gente vai fazer muito mais. Colocar mais jovens pra estudar, por exemplo, não é opção, é necessidade desse país. Nenhum país conseguiu ser soberano sem investir na educação. Ignorância não gera

estadista, gera um Bolsonaro. Volto a disputar uma eleição porque minha indignação é maior que 20 anos atrás. Temos obrigação de ficar indignados quando vemos mulheres, crianças, dormindo ao relento. Não podemos encarar isso como normal”, ressaltou.

Encerrando, Lula animou a militância com esperança: “Um país que tem um povo com sentimento de solidariedade de vocês, a gente não pode ter medo de nada. Vamos juntos derrotar o fascismo e recuperar a democracia”. •



Querido Lula, cartas a um presidente na prisão.
Organização de Maud Chirio.
Lançamento: Boi Tempo. Preço: R\$ 53
A obra pode ser adquirida no site da [Boitempo Editorial](http://BoitempoEditorial.com).

É A ECONOMIA, ESTÚPIDO!

Pesquisas de três institutos apontam que a situação econômica é a principal agenda para os brasileiros e, conseqüentemente, o grande problema para a reeleição de Bolsonaro. Há percepção de piora na economia para 66% dos entrevistados pelo Datafolha

Matheus Tancredo Toledo

A preponderância da agenda econômica como centro da preocupação dos brasileiros é o foco desta análise, aprofundando os dados divulgados pelas pesquisas mais recentes do Datafolha, Ipspe, tendo como contratante a XP Investimentos, e FSB, em parceria com

BTG Pactual.

Os números apontam que a situação econômica é a principal agenda para os brasileiros e, conseqüentemente, o grande problema para a reeleição de Jair Bolsonaro. Até o momento, as apostas do presidente para reverter a impopularidade – Auxílio Brasil, liberação de parte do saldo do FGTS, renegociações de dívidas – não surtiram efeito. Ele bateu no teto de crescimen-

to nas pesquisas.

Segundo o Datafolha, em levantamento realizado de forma presencial, há percepção de piora na economia para 66% dos brasileiros. A situação é pior entre as mulheres (71%), a base da pirâmide social (69%), o Nordeste (72%), os pretos (69%) e amarelos (73%).

No recorte por ocupação, destaque para os desempregados (71%), assalariados sem

registro (71%), servidores públicos (70%), estagiários/jovens aprendizes (80%) e desalentados, aqueles que não procuram emprego: 73%. Apenas 14% consideram que a economia melhorou. Questionados sobre a própria situação econômica, 52% relatam piora nos últimos meses, e somente 19% viram alguma melhora.

Os números são reforçados pelo Ipespe. De acordo com o instituto, 62% dos brasileiros consideram que a economia está no caminho errado, enquanto 32% avaliam o oposto. São 95% os que percebem o impacto inflacionário em alguma medida, sendo 71% de forma mais intensa. A expectativa de aumento dos preços no próximo período existe para 64% dos brasileiros, e somente 10% preveem alguma diminuição.

O levantamento da FSB também reforça esta percepção: 95% dos brasileiros percebem aumento de preço nos últimos três meses, e para 70% os preços seguirão aumentando. Para 77% dos eleitores, as medidas de combate à inflação por parte do governo federal tem sido pouco efetivas.

O quadro impacta tanto na avaliação do governo quanto nos cenários eleitorais. O Datafolha mediu diretamente o impacto da economia no voto: para 77% dos eleitores e eleitoras, a situação financeira tem influência no voto. Ainda, os três

levantamentos atualizaram os números de avaliação positiva e negativa do governo federal. Após melhora da avaliação do governo nos primeiros meses do ano, o quadro aparenta alguma estabilidade de acordo com as três pesquisas.

Segundo o Datafolha, a reprovação do governo é percebida por 48% dos eleitores – 2 pontos a mais que março – e a aprovação é de 25%, mesmo número do levantamento anterior.

O Ipespe traz a soma de ótimo e bom em 31% – 1 ponto a mais que abril –, e a soma de ruim e péssimo em 51% – 1 ponto a menos que o último levantamento. Por fim, a FSB traz números similares aos dos outros dois institutos: 50% de avaliação negativa – 1 ponto a menos que abril – e 29% de avaliação positiva – também 1 ponto a menos.

A pesquisa Datafolha foi realizada entre 25 e 26 de maio, com

2.556 mil entrevistas presenciais em pontos de fluxo populacional, e a margem de erro é de 2 pontos percentuais. O levantamento do Ipespe foi feito entre 23 e 25 de maio, com 1 mil entrevistas telefônicas e margem de erro de 3,2 pontos percentuais. Por fim, a pesquisa FSB foi captada entre 27 e 29 de maio, com 2 mil entrevistas e margem de erro de 2 pontos. •

Cientista político, é mestre pela PUC-SP e analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.

A POLARIZAÇÃO É SOCIAL, DIZ SOCIÓLOGO

Sociólogo e cientista político, o professor Felipe Nunes, diretor do Instituto Quaest, tem feito análises interessantes sobre o processo político brasileiro. Ele chama atenção para a disputa presidencial, que mostra claramente uma divisão social do país, com a maioria da população optando pelo candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, contra Jair Bolsonaro (PL).

“Se alguém tinha dúvida, esses dados mostram que a polarização política se transformou em polarização social. A disputa não é mais entre partidos, mas entre grupos sociais que lutam por direitos, privilégios, garantias e recursos limitados. Ninguém vai querer perder”, comentou, no Twitter, depois de listar cenários com Lula em maioria entre mulheres, jovens, pobres e negros.

Pelo levantamento da Quaest, enquanto homens se dividem entre Lula (39%) e Bolsonaro (42%), o petista sobe a 50% no eleitorado feminino, contra 24% de Bolsonaro. Por recorde de renda do eleitorado, os ricos se dividem: Lula, 36%, e Bolsonaro, 43%. Mas os pobres votam majoritariamente no ex-presidente – 56% contra 22% do atual mandatário.

Enquanto no Sul, há quase empate técnico, com Bolsonaro com 41% e Lula, 39%; no Nordeste não tem para ninguém: o candidato do PT tem 61% e o capitão, 22%. Por raça, também aparece a preferência de Lula entre eleitores negros (59%), enquanto o petista divide os votos com Bolsonaro entre brancos – 39% para Lula, 37% para o presidente. •



E O PIBINHO, Ó

Três anos e meio depois de assumir o Ministério da Economia e prometer céu de brigadeiro para o Brasil, Paulo Guedes vê o esperado crescimento econômico estacionar em 1%. E, segundo o mercado, deve cair e o país entrar em recessão técnica no segundo semestre. É mais um vôo de galinha do Posto Ipiranga

A economia brasileira se recuperou no primeiro trimestre. Não foi aquele voo prometido pelo ministro Paulo Guedes, mas o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1%. O resultado ficou abaixo do que o mercado esperava e economistas alertam que a performance da economia nacional não deve continuar ao longo de 2022. Bolsonaro entrará em campanha eleitoral oficialmente em julho com o país caminhando para uma recessão técnica.

A expectativa de reeleição pode ser frustrada por conta da

economia. A combinação de inflação crescente e aumento das taxas de juros sufoca o consumo na maior economia da América Latina. A XP Investimentos prevê uma recessão técnica até o final do ano após duas contrações consecutivas no terceiro e quarto trimestres.

“O desempenho da economia no primeiro trimestre foi uma surpresa considerando o ritmo lento observado desde o segundo semestre de 2021. Mas o que observamos foi um crescimento significativo do setor de serviços, após o fim das restrições, aliado à forte demanda reprimida”, disse Rafaela Vitória, economista-chefe do Ban-

co Inter ao *Financial Times*.

“Mantemos uma visão cautelosa principalmente para o segundo semestre do ano, considerando a inflação ainda elevada e o efeito defasado do significativo aumento da taxa de juros no Brasil e também a expectativa de desaceleração da economia global após condições financeiras mais apertadas no exterior”, estima.

Apesar do choque de realidade, o Ministério da Economia continua vendendo céu de brigadeiro. Paulo Guedes prevê que o crescimento anual chegará este ano a 1,5%, o dobro das estimativas dos economistas, que estimam que o

Brasil terá crescimento de 0,7%.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o resultado do PIB não vai trazer melhora ao bolso dos trabalhadores. “Quando o PIB cresce você não recebe aumento de salário porque o PIB cresceu. Nem sempre que o PIB crescer significa que gerou mais emprego. Às vezes nós temos certeza que gerou acúmulo de riqueza em quem é empresário neste país”, disse em Porto Alegre.

Desde a posse de Bolsonaro, em janeiro de 2019, a economia brasileira cresceu menos de 2%, atingida pelo desemprego persistentemente alto, que agora figura na casa dos 10,5%, com 11 milhões de trabalhadores desempregados. Além disso, houve forte diminuição da renda e o impacto da pandemia de Covid-19 foi grande. Apenas no último ano, a renda do trabalhador caiu 7,9%.

No ano passado, a inflação também subiu para mais de 12%, com o aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis frustrando os eleitores. O Brasil tem o quarto maior nível de inflação entre as nações do G20, depois da Turquia, Argentina e Rússia. Isso forçou o banco central a uma série de rápidos aumentos das taxas de juros.

Espera-se que o segundo semestre do ano seja difícil. Isso acontecerá devido, entre outras coisas, às condições financeiras domésticas muito apertadas, a inflação de dois dígitos, o nível recorde de endividamento das famílias brasileiras. Além disso, o mercado está cauteloso diante do ruído e da incerteza gerados pela eleição polarizada em outubro. A perspectiva é que Bolsonaro seja derrotado por Lula, que é favorito e lidera as pesquisas.

O dado mais sintomático que teve forte impacto no PIB neste primeiro trimestre, contudo, é a queda do investimento, que recuou 3,5% e segue abaixo da média da América Latina. Com isso,

passou a representar o equivalente a 18,7% do PIB, abaixo dos 19,2% registrados em dezembro, segundo o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, os investimentos na economia brasileira recuaram 7,2%, após cinco trimestres seguidos de crescimento. Com este resultado, o volume de investimentos na economia em relação ao tamanho do PIB piorou na comparação com a média verificada na América Latina e em países emergentes. É um sinal de que o Brasil precisa melhorar esse indicador para voltar a acelerar o desenvolvimento econômico.

“O nível de investimentos no Brasil está muito aquém do necessário para viabilizar a sustentação do crescimento”, opina o professor Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador da pós-graduação em Economia Política da PUC-SP. “Nosso nível é bem baixo para padrões internacionais”.

O país amarga números muito abaixo do resto do mundo, cujos investimentos estão em torno de 27,3% do PIB. Nos países industrializados, o patamar é de 22,9% do PIB. Entre os países emergentes, o índice é de 33,2%. E na América Latina e Caribe, 20,5%. Segundo estudos da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), a economia brasileira teria que investir, só em infraestrutura, o equivalente a 4,3% do PIB, mas aplica 1,7% do PIB.

A cartilha econômica de Paulo Guedes é contra investimentos públicos, já que prega o enxugamento da participação do estado na economia. O problema é que os investidores privados desconfiam das mirabolantes promessas do governo brasileiro, que ainda flerta permanentemente com uma crise institucional ao atacar o Judiciário e faz o papel de vilão do meio ambiente perante o mundo. •

ATÉ O AGRO CAIU E DERRUBOU O PIB EM 2022

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, apontado como o celeiro da humanidade, mas o agronegócio patina. O Produto Interno Bruto (PIB) agrícola caiu 8% no primeiro trimestre deste ano, em relação a igual período do ano passado. Em relação ao trimestre anterior, o recuo foi de 0,9%.

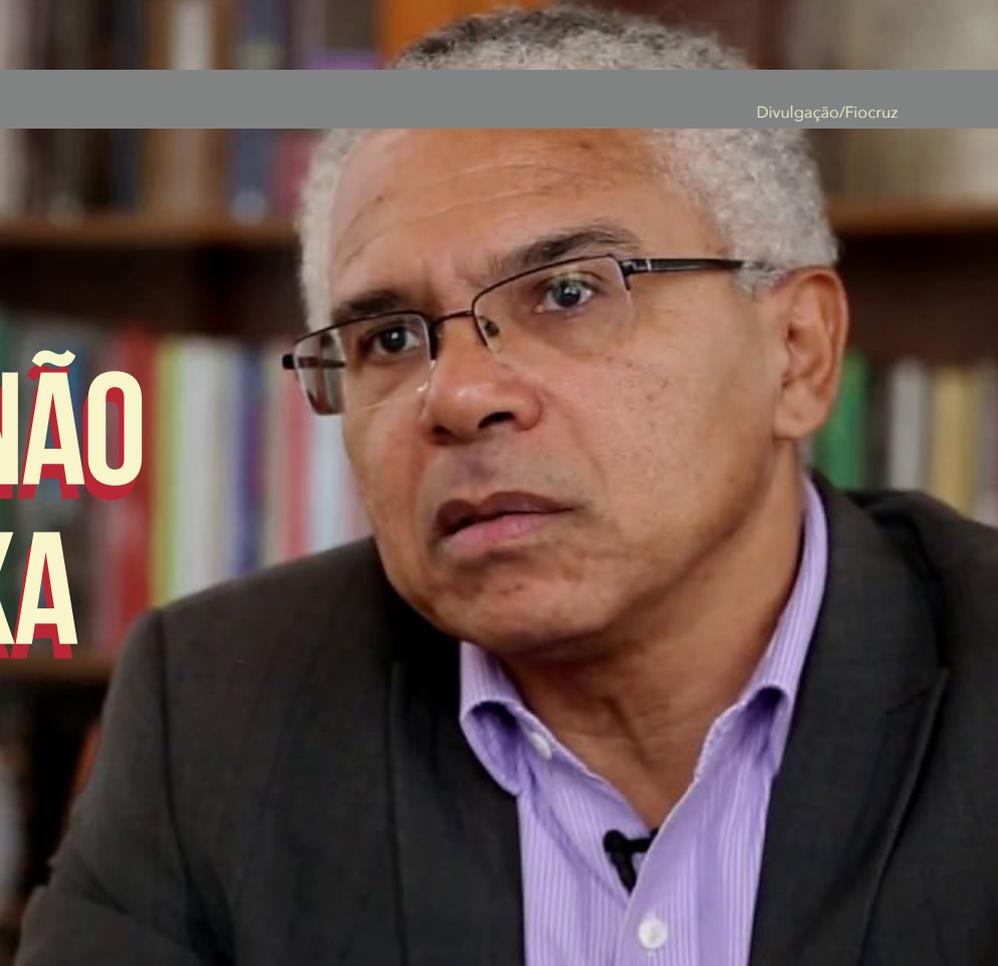
Nas duas últimas safras, o país viu a produção de soja e de milho, os dois principais produtos nacionais, ficarem 47 milhões de toneladas abaixo do potencial de produção devido a variações climáticas. Em 2021, seca e geada afetaram a safra de milho. Agora, foi a soja.

Com a queda agora, a agropecuária, que vinha sustentando a economia nacional nos últimos anos, acumula retração de 4,8% no PIB acumulado dos últimos quatro trimestres.

O primeiro trimestre é importante para a produção de grãos, devido às safras de arroz, milho de verão, soja, mandioca, feijão, fumo e uva. Todos foram afetados pelo clima e tiveram perdas de produtividade. A produção de soja recuou 12,2%. A de arroz, queda de 8,5%. A de mandioca, -2,7%.

A queda de 8% da agropecuária acendeu uma luz amarela no setor produtivo. Os números preocupantes vão reforçar as demandas dos produtores junto ao governo por um Plano Safra 2022/23 com melhores condições de juros para estimular o aumento da produção, principalmente de itens do consumo doméstico. O esforço agora é para “salvar o ano”. •

COVID, SE NÃO MATA, DEIXA SEQUELAS



Médico sanitaria e coordenador de Relações Institucional da Fiocruz, Valcler Rangel Fernandes avisa que se as vacinas afastam a possibilidade de casos mais graves de covid-19, por outro lado ainda pouco se sabe sobre as sequelas que casos mais leves da doença podem deixar nas pessoas infectadas. “Há muitas consequências da covid para além do óbito e dos danos respiratórios. E o vírus continua circulando”, alerta. Por isso, ele insiste que é necessário manter o uso de máscaras e de medidas protetivas. E o país ainda está devendo na cobertura vacinal.

Focus Brasil – Já faz tempo, as precauções da população com a Covid-19 vêm sendo abandonadas. Mas, afinal, se as taxas de vacinação tornam o vírus menos letal e as pessoas não acreditam mais que podem morrer, por que é preciso se preocupar?

Valcler Rangel Fernandes – Apesar das altas taxas de vacinação, ainda temos uma grande quantidade de pessoas não vacinadas com a segunda dose e não temos tido um alcance efetivo com a terceira dose. A vacina realmente demonstrou a sua eficácia na proteção de casos graves e óbitos. Mas a vacina tem a função também de evitar casos mais leves da doença e de evitar a transmissão. Nós não sabemos ainda dos efeitos mais precisos da vacina nessas duas outras funções. É importante que a gente mantenha a vacinação e algumas medidas. A covid, mesmo nos casos leves, pode levar a consequências, que se passou a chamar covid longa, e a sequelas, ou seja, a permanência de efeitos muitas vezes neurológicos, neuropsíquicos, e em outros sistemas fisiológicos que não apenas o pulmonar. Cansaço, problemas de visão, paladar. Já sabemos que há outros sistemas afetados, o sistema hepático, renal. Há muitas consequências da covid

para além do óbito e dos danos respiratórios. O vírus continua circulando. E a possibilidade de existência de variantes continua presente. Não tivemos ainda grandes surtos com consequências graves de outras variantes, mas não podemos dizer que isso não vai acontecer de maneira nenhuma.

– O fim do estado de emergência nacional já mostra efeitos sobre a rede de saúde?

– O fim do estado de emergência foi precipitado. Não acredito que haveria necessidade de suspensão neste momento. Se houvesse, deveria ter sido feita de tal modo que houvesse a harmonização nacional acerca de que medidas deveriam ser tomadas, e a qual tempo. Além dos problemas que causa diretamente no enfrentamento da covid, a decisão desvia a atenção dos gestores para colocar todas essas equipes administrativas e técnicas para resolver os problemas decorrentes do fim do esta-

do de emergência, enquanto há outras situações, como os surtos de dengue, a baixa cobertura vacinal de todas as vacinas, mas especialmente para o sarampo, o alerta da Organização Panamericana de Saúde para a possibilidade de retorno da poliomielite, que é preocupante. Há uma série de questões que estão fora da covid. E mesmo a covid. Toda a atenção deveria estar concentrada para a questão da covid longa. Sem falar em outra consequência da pandemia, que é a saúde mental, talvez uma das áreas mais atingidas. Essas questões deveriam estar ocupando as equipes de saúde, que no final estão sendo desviadas para resolver os problemas do término do estado de emergência, inclusive do ponto de vista administrativo.

– **Quais medidas as autoridades públicas de saúde estão devendo?**

– Desde o início da pandemia, muitas medidas não foram adotadas no tempo e na medida necessária. Uma delas é a comunicação. Uma comunicação baseada em evidências científicas é a primeira medida, e que foi praticamente abandonada. A ideia de que para ficar seguro, você precisa ficar em casa, desapareceu. No entanto, nós talvez precisemos recorrer a essa medida em algum outro momento. Campanhas de informação massivas sobre a covid e outras doenças são a primeira medida. Outras coisa importante é a testagem, dos sintomáticos e

de pessoas próximas dos casos positivos. É importante a gente saber onde o vírus está e manter as medidas protetivas. A testagem precisa estar acessível para quem, hoje, não tem dinheiro para comer. Atuar sobre a fome é outra medida. E promover ações de capacitação dos profissionais de saúde para a pós-covid ou covid longa, também. Precisamos igualmente de divulgação de dados mais precisos sobre a situação dos territórios mais vulneráveis. Por fim, deveria haver distribuição de máscaras para a população.

– **Qual o prognóstico que o senhor faz para os próximos meses?**

– Eu me alinho aos demais que dizem que realizar prognóstico neste momento é um risco imenso. O que a gente precisa o tempo inteiro é trabalhar com o princípio da precaução: há um vírus circulante, essa doença é grave, que tem

nos levado a uma média ainda de mais de 100 óbitos por dia, e isso não é um número aceitável. Outra coisa que precisamos fazer é vigilância genômica, ou seja, a identificação de qual é o tipo de vírus que está circulante no Brasil. Esse vírus não parou de mudar. O que nós sabemos que vai acontecer agora neste período, e já está acontecendo, é o aumento dos casos de doenças síndromes respiratórias agudas. Isso já era esperado, mas em função da covid, o número é maior. •

UMA QUARTA ONDA DA COVID

O Brasil enfrenta o que especialistas consideram a quarta onda de covid. Em pouco mais de um mês, o país registrou alta de 78,3% nos registros de novos casos. Em 26 de abril, os dados mostravam média móvel de 14.600 novos diagnósticos nos últimos sete dias. Em 31 de maio, o número saltou para 26.032.

“Estamos observando esse processo desde metade de abril, mas com um ritmo maior agora. É o início de uma quarta onda, mas felizmente ainda não se compara ao que o Brasil já passou”, disse Fernando Spilki, virologista e coordenador da Rede Corona-Ômica do Ministério da Ciência e Tecnologia à BBC.

A presença de variantes com alta transmissibilidade, o relaxamento de medidas preventivas e a redução da imunidade contra a covid-19 meses após a vacinação são fatores que explicam o aumento de casos. Ao mesmo tempo, com a vacinação avançada, os casos não têm mesma gravidade de ondas anteriores.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, mais de 40 mil brasileiros foram diagnosticados com covid-19 em 24 horas, na semana que passou. O número, no entanto, pode ser bem maior.

“Estamos enfrentando a quarta onda com um processo inédito. Nunca tivemos uma qualidade tão ruim de dados em termos de número de casos registrados. Testa-se e registra-se muito pouco. Além disso, com a possibilidade de autoteste, para evitar burocracias, vários acabam não registrando. Nunca navegamos tão às escuras”, alerta. •



LETALIDADE Operação policial resultou na morte de 23 pessoas no Rio

AS VÍTIMAS DA GUERRA NO RIO

Governador do Rio nega que tenha havido chacina na Vila Cruzeiro. Ele atribui as 23 mortes na Vila Cruzeiro a 'efeito colateral'. Supremo cobra plano de diminuição da letalidade policial. Na quarta-feira, menina de 4 anos levou um tiro na cabeça. Era mais uma "bala perdida"

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), negou que tenha ocorrido uma "chacina" no Rio de Janeiro, há duas semanas, quando uma operação policial na Vila Cruzeiro deixou 23 mortos. Para ele, usar o termo reflete apenas uma "opinião pessoal".

"Não houve chacina alguma. O que houve foi uma operação que a polícia entrou às quatro e poucas da manhã e tem um bonde fortemente armado saindo. Eles tentaram fazer chacina com a polícia. Não há chacina nenhuma", disse.

"Não há nenhum aspecto de chacina aqui", comentou Cláudio

Castro, que concorre à reeleição. "Infelizmente, tem hora que o efeito colateral da operação é esse. A gente não celebra esse tipo de morte, mas polícia está fazendo o trabalho dela", afirmou.

A incursão da polícia na semana passada foi a segunda mais letal do estado do Rio, superada apenas pelo massacre do Jacarezinho, quando 28 pessoas morreram em 2021. Ele também era o governador na época.

As declarações de Castro aconteceram após reunião com o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que cobrou que sejam colocadas em prática as medidas determinadas pela Corte, no julgamento da cha-

mada "ADPF das Favelas", para diminuir a letalidade policial.

No mesmo dia, uma nova tragédia chocou o Rio de Janeiro. Uma menina de 4 anos foi baleada na cabeça na Taquara, na zona oeste do Rio, depois de sair da escola. Ela foi vítima de uma "bala perdida" no confronto entre policiais civis e criminosos. Alice comprava uma pipoca com a mãe quando um tiro lhe atingiu a cabeça. A garota está internada em estado gravíssimo.

Em nota, o STF afirmou que Fachin reconhece que cabe ao governo "definir as metas e as prioridades do plano de redução da letalidade policial", mas que "as exigências mínimas, constantes da decisão do tribunal, devem ser observadas".

Um dos pontos que preocupa o ministro é a escolha das unidades que vão receber as câmeras a serem instaladas nos uniformes dos PMs e o sigilo imposto sobre os arquivos de imagens. As gravações precisam ser colocadas à disposição dos órgãos de controle.

Há 15 dias, o STF deu 30 dias para que o governo avalie sugestões de órgãos públicos e da sociedade civil, como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, para o plano de diminuição da letalidade policial. •

Reprodução





Alessandro Dantas

VIOLÊNCIA Humberto Costa é autor do requerimento aprovado pela CDH

SENADO VAI APURAR MORTE DE GENIVALDO

Comissão de Direitos Humanos realizará diligências para esclarecer circunstâncias em que agentes da PRF detiveram motociclista. Senadores querem apurar ainda outras denúncias de violência política

A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou na quarta-feira, 1º, requerimento de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), para averiguar as circunstâncias da morte de Genivaldo de Jesus por policiais rodoviários federais, no último dia 25, na cidade de Umbaúba, em Sergipe. “É papel da comissão acompanhar situações em que haja flagrante desrespeito às garantias e aos direitos elementares e individuais. E acredito que esse seja um dos casos mais emblemáticos”, justificou.

No requerimento, o senador destacou que o uso da força policial deve se pautar, principalmente, pelos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência. “As imagens da crueldade cometida por aque-

les agentes nos mostram que as ações adotadas em nada correspondem com os dispositivos legais que regulam o uso da força pelos agentes de segurança pública”, disse. “Aquelas imagens absurdas nos demonstram uma abordagem carregada de crueldade, que nos leva a um passado sombrio”, enfatizou.

A comissão ainda aprovou a realização de um ciclo de diligências externas com o objetivo de apurar casos de violência policial ocorridas no Brasil. As datas e locais das diligências serão informados posteriormente.

Humberto é autor de um projeto de lei prevendo pensão vitalícia à mulher e ao filho menor de Genivaldo, no valor de um salário-mínimo. A proposta prevê, ainda, o pagamento de indenização à família no montante de R\$ 1 milhão pelo Estado brasileiro. •

BRASIL ORÇAMENTO DE PREVENÇÃO FOI CORTADO

No Brasil de Jair Bolsonaro, os recursos federais do Orçamento servem para fazer politicagem com aliados do Centrão, mas vêm sofrendo sucessivos cortes para programas de prevenção de desastre ou contenção de encostas em áreas urbanas. No ano passado, os recursos sofreram redução de 75% do orçamento.

Desde que assumiu o governo, Bolsonaro tem reduzido de maneira significativa as verbas para ações do programa de gestão de risco e resposta a desastres, do Ministério de Desenvolvimento Regional. Para o Recife, o governo cortou 45% de verba de combate a desastres. Já passa de 106 o número de mortos em Pernambuco.

Com menos recursos foram feitas menos obras para conter encostas. Este ano, o país contabiliza pelo menos três grandes tragédias por deslizamento: duas no Rio de Janeiro e as mortes no Grande Recife. Em fevereiro, morreram em Petrópolis 233 pessoas por conta de deslizamentos. Em abril, em Paraty e Angra dos Reis, foram 16 mortos.

O Orçamento de 2022 prevê R\$ 447,9 milhões para que o Ministério do Desenvolvimento Regional invista em gestão de riscos e Respostas a desastres. O valor é 35,38% menor do que no ano anterior – também marcado por catástrofes –, quando o governo reservou R\$ 693,2 milhões. •



DESAFIO HISTÓRICO O senador Gustavo Petro enfrenta a direita colombiana, o uribismo e o atual governo

NA COLÔMBIA, PETRO ENFRENTA DUQUE E 'TRUMP'

Disputa do segundo turno terá o líder da esquerda, que obteve 40,34% dos votos contra o milionário conservador, que surpreendeu adversários e tirou a direita tradicional da briga

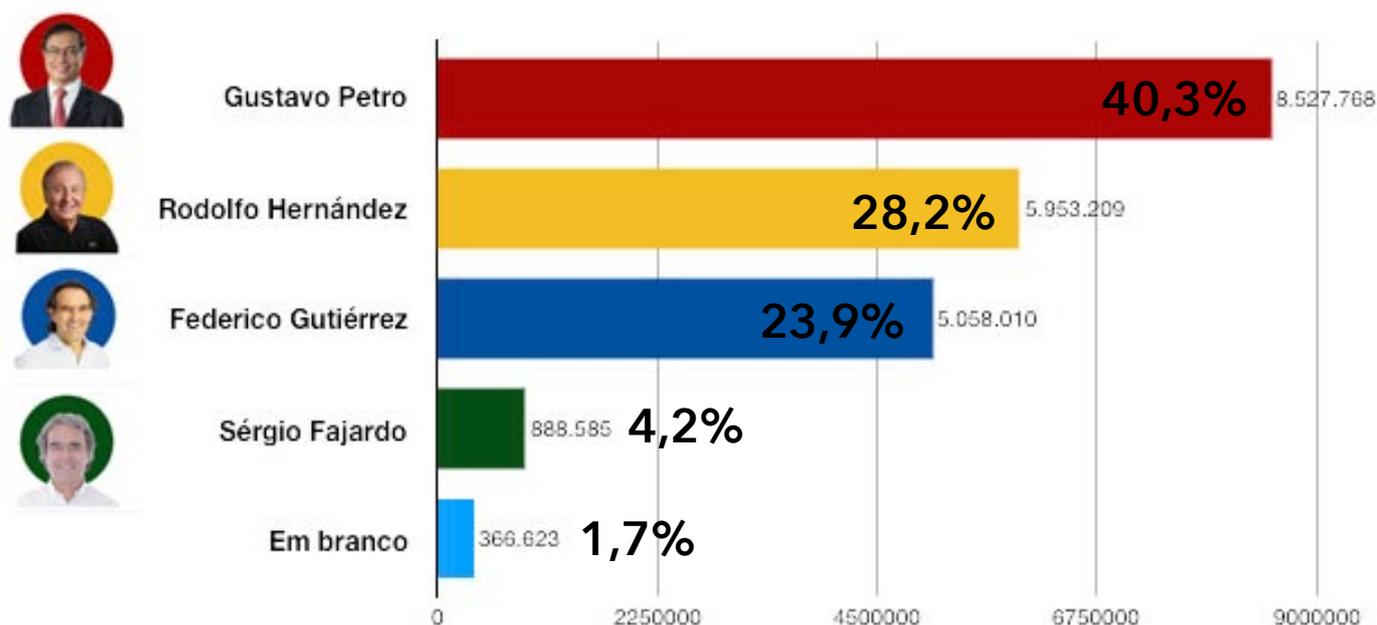
As eleições presidenciais na Colômbia, que realizou o primeiro turno no domingo, 29, confirmaram o favoritismo do senador Gustavo Petro, ex-prefeito de Bogotá e candidato do Pacto Histórico. Ele obteve 40,34% dos votos, seguido pelo empresário

Rodolfo Hernández, da Liga de Governadores Anticorrupção, um populista de direita apelidado de 'trump colombiano'. O milionário superou as expectativas e conquistou o direito de ir ao segundo turno, ultrapassando o candidato Federico Gutiérrez, da Equipe por Colômbia, apoiado pelo Centro Democrático, o par-

tido de Álvaro Uribe e do atual presidente Iván Duque.

O economista e ex-guerrilheiro do M-19 conquistou 8.523.554 votos, enquanto Hernández ficou com 5.951.901 votos. Ex-prefeito de Bucaramanga e candidato outsider, com discurso anticorrupção, o milionário colombiano é quem tem agora a simpatia

Resultado das eleições presidenciais na Colômbia



da direita, da mídia e do mercado financeiro, embora seja considerado um político pouco confiável. Gutiérrez conquistou 5.504.120 votos, o equivalente a 23,87% do total. E já aderiu à campanha de Hernández.

“O que se disputa hoje é a mudança, os partidos aliados ao governo Duque, que teve seu projeto político derrotado”, disse Petro, após a vitória no primeiro turno. “Acredito que a votação total na Colômbia envia essa mensagem central ao mundo, uma era está chegando ao fim. Agora é construir um futuro, ver o que vamos fazer com a Colômbia, o que a sociedade colombiana quer de seu próprio país”, afirmou o candidato das esquerdas.

“Nós propomos uma mudança real e estável, onde a família, que é a primeira comunidade será fortalecida se a comida chegar em casa, se pararmos as importações caras para produzir na Colômbia”, comentou o economista. “Queremos uma mudança que construa a paz e acabe com a violência”. Petro prega um modelo de “justiça social e estabilidade econômica”.

Hernández tem uma plataforma política vaga e sem pro-

postas claras para o país. Ele fez uma aposta nas redes sociais, adotando uma pregação contra a corrupção e a “politicagem”. O milionário de 77 anos optou por não participar dos debates, adotando uma estratégia certa que parece ter funcionado no âmbito de seu programa de governo, considerado nebuloso.

O segundo turno das eleições serão duras, já que o candidato do governo, Federico Gutiérrez, anunciou apoio a Hernández, reforçando a campanha. “Tomamos uma decisão que queremos comunicar ao país, não falei com Rodolfo, quero expressar publicamente que não queremos perder o país, não vamos colocar em risco a Colômbia ou nossas famílias, nem nossos filhos, e é por isso que votaremos em Rodolfo no próximo dia 19 de junho”, anunciou Gutiérrez logo depois de encerrado o primeiro turno.

O apoio de Gutiérrez significa que a máquina eleitoral, territorial e política do uribismo estará a serviço do candidato milionário. María José Pizarro, senadora do Pacto Histórico, havia antecipado o anúncio minutos antes: “O uribismo não

está derrotado, sabemos que o uribismo deu a ordem dizendo que apoiam Rodolfo Hernández, que é Hernández, a continuidade do uribismo”.

As primeiras pesquisas eleitorais pós-primeiro turno mostram uma disputa acirrada. Levantamento da CNC divulgada na quarta-feira, 1º de junho, mostra Petro com 39% das intenções de voto, tecnicamente empatado com o populista de direita, que tem 41%. Entre os 1,2 mil entrevistados, 5% disseram que votariam em branco, 1% não escolheria nenhum dos candidatos e 14% não souberam ou não quiseram responder. A margem de erro da pesquisa é de 2,8%, foi realizada entre segunda e terça e foi encomendada pela emissora colombiana CM&.

A pesquisa mostra Petro com 10 pontos de vantagem (49% a 39%) sobre Hernández na capital, Bogotá, que é o maior colégio eleitoral do país e cidade da qual o economista foi prefeito nos anos 2000. Apesar disso, o senador do Pacto Histórico está atrás na região de Antioquia, onde fica Medellín, com apenas 26% das intenções de voto, enquanto Hernández tem 54%. •

Carlos Namba/Abril



6 de junho de 1977

ESTUDANTES DA UNB DESAFIAM O REGIME E DITADURA INVADE O CAMPUS

Em junho de 1977, o então reitor da Universidade de Brasília (UnB), capitão-de-mar-e-guerra José Carlos Azevedo, pede a invasão do campus universitário, efetuada pela Polícia Militar e os fuzileiros navais. Agentes do Serviço Nacional de Informações são infiltrados como falsos estudantes para espionar o movimento. A universidade, que era considerada um centro de resistência ao regime, já havia sofrido três invasões desde o Golpe de 1964.

A greve estudantil, deflagrada em abril daquele ano, continuou sob o lema “põe o capitão na rua”. Parlamentares de oposição, a igreja católica, a Ordem dos Advogados do Brasil e outras organizações da sociedade se solidarizam com os estudantes. A ocupação durou três meses. Dezenas de estudantes foram presos e processados com base na Lei de Segurança Nacional, 64 foram suspensos e 34, expulsos.

Durante o período de ocupação, em setembro, um encontro nacional de estudantes na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo também terminou em invasão policial, fortalecendo a luta dos estudantes para recriar a União Nacional dos Estudantes. Embora derrotada, a greve da UnB foi um marco na ressurreição do movimento estudantil, que mais tarde recuperou seu protagonismo na luta pela democracia.

Outras datas históricas:

07/06/1902: Nasce Roberto Morena, que se tornaria dirigente sindical, parlamentar e militante do Partido Comunista Brasileiro;

06/06/1910: Nasce a artista e militante política Patrícia Rehder Galvão (Pagu).

09/06/1917: Nasce em Alexandria,

no Egito, o historiador marxista Eric J. Hobsbawm, um dos mais influentes intelectuais do século 20.

08/06/1952: Nasce Paulo Jackson Vilasboas, que posteriormente seria deputado estadual da Bahia pelo Partido dos Trabalhadores.

07/06/1986: Ocorre o Massacre de Leme, chacina ocasionada pela trucu-

lência da Polícia Militar aos trabalhadores em greve na cidade de Leme, interior de São Paulo.

09/06/2004: O governo Lula cria o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

5 de junho de 1921

NASCE A ESTILISTA ZUZU ANGEL

Em 5 de junho de 1921, nasce no interior de Minas Gerais Zuleika de Souza Netto, a Zuzu Angel. Ela foi uma estilista famosa por suas criações com motivos brasileiros, que também faziam sucesso nos Estados Unidos. Casada com o norte-americano Norman Angel Jones, teve dois filhos: Hildegard, que viria a se tornar jornalista influente, e Stuart Edgar, estudante que militou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Preso pela ditadura em 1971, Stuart foi torturado até a morte por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica e declarado desaparecido. Inconformada com o silêncio sobre a morte do filho, Zuzu Angel iniciou uma corajosa campanha de denúncia dentro e fora do país.

Em 1976, ela morreu num acidente de carro no Rio de Janeiro. De acordo com a versão oficial, teria dormido ao volante. A estilista havia deixado uma declaração, escrita um ano antes, na qual alertava: "Se eu aparecer morta, por acidente ou outro meio, terá sido obra dos assassinos do meu amado filho". Investigações posteriores à redemocratização deixaram claro que se tratou de um atentado.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br



4 de junho de 2007

TRANSPosição DO S.FRANCISCO SAI DO PAPEL

Uma obra imaginada ainda em séculos passados começou a ganhar forma em 4 de junho de 2007. Nesse dia, o Batalhão de Engenharia do Exército iniciou as obras de construção do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Assim, começa a ser alterado o curso de pequena parte da vazão do rio, o que tornaria perene mais de mil quilômetros de cursos d'água na região do semi-árido.

A prioridade dada pelo presidente Lula ao projeto se explicava pelos longos períodos de estiagem no Nordeste, que concentra 28% da população brasileira e apenas 3% da disponibilidade hídrica do país. A transposição cumpre o objetivo de garantir a segurança hídrica a 12 milhões de habitantes da re-

gião, em 390 municípios de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

O projeto do São Francisco se conjugou a outras ações de convivência com a seca, como a construção de adutoras e abudotoras no Piauí, na Paraíba e em Alagoas, o Eixão e Cinturão das Águas, no Ceará, e o Programa Um Milhão de Cisternas, em todo o semiárido. Tudo realizado ainda nos governos Lula.

Parte do Programa de Aceleração de Crescimento, o projeto do São Francisco se tornou a maior obra de infraestrutura no país. Apesar dos esforços em fazer parecer que a transposição é obra de governos posteriores, Lula e Dilma Rousseff foram responsáveis pela execução de 88% das obras do empreendimento.



A DUPLA MORAL DOS SERTANEJOS

Divulgação

Revelação de cachês milionários pagos pelo poder público abalam o mercado musical em disputa por representantes da nova MPB e opõe expoentes do setor à popstar Anitta

Bia Abramo

O escândalo dos cantores sertanejos e seus cachês milionários pagos pelo poder público por prefeituras de cidades da zona rural dominada pelo agronegócio ainda está longe de acabar. Mas seus desdobramentos já atingiram duramente pelo menos os dois principais provocadores. Em live no início desta semana, o cantor Gustavo Lima, alvo de investigações pelo Ministério Público de dois estados, Roraima e Rio de Janeiro, foi às redes defender o custo de seus shows e avisar que está a ponto de “jogar a toalha”.

Em mais um episódio que envolve desvio de dinheiro público de maneira pouco clara, o caso acabou por assumir contornos políticos. É que, entre os cantores sertanejos há muitos que afirmam prescindir de leis de fomento e in-

centivo estatal, em especial a Lei Rouanet, em consonância com as críticas de bolsonaristas e integrantes do governo, inclusive daqueles ligados diretamente a órgãos da administração cultural.

Nas redes, a discussão dos cachês tomou o nome de #CPI do Sertanejo, uma vez que o Ministério Público de Roraima foi o primeiro a entrar com ação para investigar as brechas legais que estariam permitindo que a prefeitura de São Luiz, município 8 mil habitantes, oferecessem pagamento de R\$ 800 mil a Gustavo Lima.

Apesar de não haver de fato uma comissão parlamentar de inquérito instalada, várias cidades com contratos com esses cantores cancelaram shows já anunciados. Na sexta-feira, 3, a Justiça proibiu a realização de show de Gustavo, contratado por R\$ 704 mil, em Teolândia, na Bahia. Em reportagem, o jornal “Estado de S.Paulo revelou que essa mesma prefeitura

justificava o “incapacidade financeira” para não pagar o piso dos professores e pedia doações para as vítimas das chuvas.

O que seria uma treta de internet começou com uma provocação gratuita de Zé Neto à popstar Anitta. Durante show realizado em Sorriso, no Mato Grosso, o cantor desatou a falar que os sertanejos não precisavam de Lei Rouanet, pois quem pagava pelos shows era o público. E achou por bem lascar logo uma indireta: “Não somos artistas que dependemos da Lei Rouanet. Nosso cachê quem paga é o povo. A gente não precisa fazer tatuagem no toba para mostrar se a gente está bem ou mal”.

O vídeo com a provocação viralizou nas redes e fãs de Anitta, que só no Twitter tem 17 milhões de seguidores, começaram a levantar suspeitas a respeito dos cachês dos sertanejos, que acendem uma vela para Deus e outra para o Diabo nesse terreno.

O próprio Zé Neto, personagem do segundo escalão do sertanejo, estava ali às expensas da prefeitura de Sorriso, que se auto-intitula “a capital mundial do agronegócio”. E recebeu cachê de R\$ 400 mil. Mas acabou sobrando mesmo foi para Gustavo Lima, sujeito bem apessoado, tipo do agrobóy jovem e bombado, que despontou para o estrelato com uma canção cujo refrão era “tche tche terete tetê, Gustavo Lima e você”.

Ele entrou no debate pela pior porta. Em Brasília, no intervalo de seu show, um locutor fez um discurso opondo “o comunismo” à “democracia”, na melhor tradição olavista. “Na vida é Deus, pátria, família e liberdade. Liberdade para pensar, liberdade para agir, liberdade para vencer, liberdade para conversar, liberdade para estar na internet, liberdade de expressão, liberdade de conquista. E a gente tem que conquistar essa porra. Porque o Brasil é nosso”.

Mesmo que a resposta pública do cantor a esse discurso tenha negado a sua influência, fãs de sertanejo nas redes continuaram a incitar a polêmica, dirigindo ataques pesados à Anitta e todos os outros artistas, que segundo eles, fazem uso da Lei Rouanet e afins. E, como se sabe, para botar fogo em discurso de ódio, não precisa mais do que uma faísca.

O clima escalou também por que as manifestações políticas têm se multiplicado por shows pelo Brasil afora, na maioria dos casos críticas a Jair Bolsonaro e apoio à candidatura de Lula. No campo bolsonarista, as manifestações públicas tem sido mais raras e, por

SUCESSO GLOBAL

A rainha do pop virou alvo de provocações e da fúria dos sertanejos bolsonaristas. Mas ironizou: “E eu achando que estava só fazendo uma tatuagem no tororó”

isso, eles preferem o anonimato da internet para disseminar sua pestilência e atacar, de preferências, mulheres e minorias. Depois da última Virada Cultural em São Paulo, nos dias 28 e 29 de maio, outra funkeira, a cantora Ludmilla, negra e homossexual, passou a ser alvo de agressões por fazer um “L” com os dedos durante apresentação em São Paulo. Ludmilla, rápida, respondeu que o gesto era uma alusão à inicial de seu nome.

Coincidentemente (ou não), no mesmo domingo, seria a vez de Anitta comentar em tom irônico os cancelamentos de shows dos sertanejos e as investigações: “E eu achando que estava só fazendo uma tatuagem no tororó”.

A polêmica, além de política, também encobre uma disputa bem real de mercado pelo circuito enorme de shows em municípios de todo o porte das zonas rurais do Brasil dominado, por enquanto, pelos sertanejos. A entrada de outros estilos musicais de igual ou maior apelo popular, mas com pegada mais jovem, urbana, feminina e globalizada, como o funk, ou bem se dão pelo convite e com a bênção dos sertanejos ou não se dão. Ainda que muitas vezes os públicos coincidam, o fato é que rádios, casas de show e eventos situados em estados do agronegócio optam por sertanejos.

Se os sertanejos se apresentam como as “pessoas de bem” a que o bolsonarismo privilegia, não é por acaso. Muitos são efetivamente conservadores no campo moral e preconizam uma espécie de meritocracia de mão única, onde o sucesso no negócio da música se daria pura e simplesmente pela adesão do “povo”. Encobrem com isso uma poderosa e antiga operação de marketing que envolve desde a quase falecida indústria fonográfica, passando por meios de comunicação de massa e, claro, dinheiro público e privado.

Esse “sertanejo de resultados”, cuja trajetória ascendente começou nos anos 1990, na era Collor, encontrou no bolsonarismo e no clima de desmonte de mecanismos de financiamento por verba pública ou renúncia fiscal um ambiente propício.

Só que desta vez, foram arrumar trepa com Anitta e sua legião de fãs, que se movem rápido pelas redes e tem assumido uma postura política no campo oposto: antibolsonarista, Anitta vem se manifestando politicamente com frequência contra a hipocrisia no campo da moral sexual e dos chamados costumes e fazendo campanha em favor de causas como o meio ambiente, a importância do voto jovem e da democracia. •

Divulgação



OBITUÁRIO

MILTON GONÇALVES, PLURAL E COMBATIVO

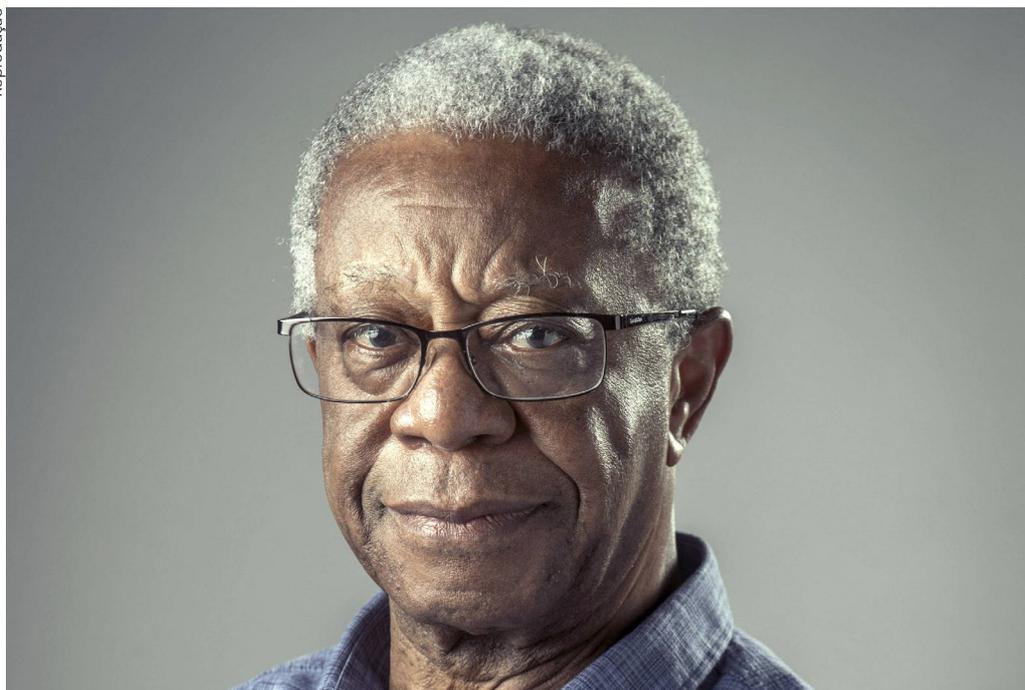
O povo do cinema lembrou dele como a *Rainha Diaba*. Quem gosta de teatro, em cenas ou apenas fotos de *Eles Não Usam Black-Tie*. Muitos e muitos, talvez a maioria dos brasileiros, em novelas emblemáticas como *Escrava Isaura*, *Sinhá Moça* e *A Favorita*. O ator Milton Gonçalves, morto na segunda-feira, 29, foi um trabalhador incansável do audiovisual e um ativista anti-racista daqueles dos quais o Brasil sentirá enorme falta.

De família pobre da cidade de Monte Santo de Minas, começou a carreira como ator em São Paulo, onde participou de umas das experiências mais radicais na dramaturgia nacional: o Teatro de Arena. O grupo tinha por característica a aproximação com linguagens teatrais populares e a montagem de peças que refletissem a realidade.

Foi no Arena que o ator recebeu papéis em *Eles Não Usam Black Tie*, texto de Gianfrancesco Guarnieri sobre uma greve operária, e *Chapetuba Futebol Clube*, sobre um time de futebol de várzea, do dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho. Ainda em São Paulo, chegou a participar de outros grupos de teatro que, à época, procuravam alternativas ao chamado "grande teatro", como o Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias do Nascimento, e o Grupo Opinião, de Augusto Boal.

Ele se radicou no Rio de Janeiro no final dos anos 1950, exatamente no momento em estava se implantando a televisão no Brasil. Em 1965, começa sua trajetória como ator na então recém-criada Rede Globo. Ao contrário do que acontecia no teatro, a dramaturgia que se impõe inicialmente na televisão procura um público elitizado, uma vez que os aparelhos de televisão eram caros e o alcance do sinal ain-

Reprodução



da restrito. Isso significava que os papéis para negros e negras eram bastante restritos e sempre no lugar de subordinados.

Em "A Negação do Brasil", documentário de Joel Zito de Araújo sobre a presença de atrizes e atores negros na telenovela brasileira, o depoimento de Milton Gonçalves sobre a telenovela, *A Cabana do Pai Tomás*, é revelador. Na adaptação televisiva do romance da norte-americana Harriet Beecher Stowe, o ator Sérgio Cardoso foi escolhido como o protagonista, um homem escravizado.

O uso pintura corporal e facial para que ele parecesse negro, uma técnica conhecida como *black face*, foi apontada como racista pelo dramaturgo Plínio Marcos. Gonçalves, então, foi convidado a ir a um programa de televisão em São Paulo, no qual ele deveria defender a escolha de um ator branco. Ele se recusou, mesmo com o risco de perder o emprego na emissora.

Acabou não perdendo e participando de produções mais ambiciosas como *Irmãos Coragem*, o primeiro grande fenômeno de audiência da Globo, e outras que marcaram época,

como *O Bem Amado*, *Pecado Capital*, *Baila Comigo*, e mais 50 novelas.

Nos anos 70 e 80 se dedicou ao cinema, participando de *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade (1973), da versão de Leon Hirzsmann para *Eles Não Usam Black Tie* (1981) e o *O Beijo da Mulher-Aranha*, de Hector Babenco. Uma de suas atuações mais corajosas é como o personagem que dá o título do filme de Antônio Carlos Fontoura, de 1974, *A Rainha Diaba*. Com roteiro de Plínio Marcos e ambientado em uma favela carioca, Gonçalves faz o papel de um homossexual que controla o tráfico local. A interpretação lhe valeu os quatro maiores prêmios para ator em 1975.

O trabalho intenso não impediu que Milton Gonçalves também se dedicasse à causa do combate ao racismo e à defesa da cultura. Ex-militante do PCB, chegou a ser candidato a governador pelo Rio de Janeiro em 1994, pelo então PMDB, sem sucesso. No entanto, é reconhecido como uma voz importante na afirmação da cultura negra e na ampliação de oportunidades de trabalho na cultura e nas artes. •



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**

Saiba como criar um comitê
pt.org.br

BICENTENÁRIO

1822 2022



**DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
Documentação e
Memória Política
instituído em 2001